

Veículo: Farol News	
Data: 18/06/2020	Caderno: Economia



Filantrópicas devem atualizar dados para facilitar repasses da Sefaz-Ba

jun 18, 2020 | [Economia](#)



Para facilitar o pagamento dos repasses de recursos da campanha Nota Premiada Bahia, as entidades filantrópicas que participam do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade devem entrar em contato com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), para atualização dos dados cadastrais, em especial e-mail, telefones de contato e nome do responsável pela entidade. O envio dos dados pode ser feito por meio de mensagem para solidariedade@sefaz.ba.gov.br. Dúvidas ou mais informações podem ser obtidas também pelos telefones (71) 3115-5069 ou (71) 98121-8606.

De acordo com a Sefaz-Ba, a atualização dos dados é importante porque, ao encaminhar o pagamento dos repasses, a Secretaria da Fazenda tem encontrado dificuldade para entrar em contato com algumas instituições. “Neste mês de junho estão sendo liberados mais R\$ 3 milhões para 523 entidades filantrópicas, referentes ao primeiro quadrimestre de 2020, e, em algumas situações, a nossa equipe precisa entrar em contato com as instituições, por isso os números de telefone e e-mail devem estar atualizados. Para receber os recursos é preciso estar regular com FGTS e INSS e tomamos o cuidado de entrar em contato para alertar sobre alguma pendência, bem como a necessidade de correção de dados bancários inconsistentes, e assim agilizar o pagamento”, explica Luís Henrique Brandão, coordenador de Educação Fiscal da Sefaz-Ba.

Desde 2018, os desembolsos feitos para as entidades que participam do Sua Nota é um Show de Solidariedade passaram a ser associados à quantidade de notas eletrônicas arrecadadas por cada entidade por meio da Nota Premiada Bahia. Com o mais recente pagamento, chega a R\$ 31,8 milhões o total repassado às entidades participantes do programa desde o lançamento da Nota Premiada Bahia, no final de 2017. Deste total, R\$ 21 milhões correspondem às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa. A cada quadrimestre são destinados R\$ 1,5 milhão para as instituições da área de saúde e R\$ 1,5 milhão para as da social.

Solidariedade

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Ao contrário do que acontecia com os cupons em papel, que exigiam das instituições uma logística complexa e custos altos para implantação de urnas em um número restrito de estabelecimentos, com a NFC-e a doação passou a acontecer de forma automática a cada compra em que o CPF cadastrado for incluído na nota.

Cada instituição passou a ter a sua própria urna digital online. Isso é especialmente benéfico para as pequenas instituições, que podem ser apoiadas por pessoas de todo o estado, sem restrições territoriais e financeiras. Além de não haver mais necessidade de acumulação de notas em papel, no novo formato as instituições têm mais liberdade para utilizar os recursos, com a mudança da regra que exigia a elaboração de planos de trabalho: foi adotado um modelo mais flexível de aplicação dos recursos arrecadados a partir das notas compartilhadas pelos doadores. As instituições, entretanto, precisam estar em dia com suas certidões junto ao FGTS e ao INSS, como determina a legislação, para fazerem jus à premiação nesta nova etapa do Sua Nota é um Show de Solidariedade.

Atualmente os sorteios de prêmios para os participantes da Nota Premiada Bahia não estão acontecendo em função da suspensão dos sorteios da Loteria Federal devido à pandemia do novo coronavírus. As premiações da campanha tomam por base os resultados da Loteria divulgados pela Caixa Econômica Federal (CEF) para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes ganhadores dos sorteios mensais e especiais. Mas, os bilhetes continuarão sendo acumulados pelos participantes para concorrerem aos prêmios assim que os sorteios forem retomados.

Veículo: Informe Baiano	
Data: 18/06/2020	Caderno: --



Filantrópicas devem atualizar dados para facilitar repasses da Sefaz-Ba



Para facilitar o pagamento dos repasses de recursos da campanha Nota Premiada Bahia, as entidades filantrópicas que participam do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade devem entrar em contato com a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, para atualização dos dados cadastrais, em especial e-mail, telefones de contato e nome do responsável pela entidade. O envio dos dados pode ser feito por meio de mensagem para solidariedade@sefaz.ba.gov.br. Dúvidas ou mais informações podem ser obtidas também pelos telefones (71) 3115-5069 ou (71) 98121-8606.

De acordo com a Sefaz-Ba, a atualização dos dados é importante porque, ao encaminhar o pagamento dos repasses, a Secretaria da Fazenda tem encontrado dificuldade para entrar em contato com algumas instituições. “Neste mês de junho estão sendo liberados mais R\$ 3 milhões para 523 entidades filantrópicas, referentes ao primeiro quadrimestre de 2020, e, em algumas situações, a nossa equipe precisa entrar em contato com as instituições, por isso os números de telefone e e-mail devem estar atualizados. Para receber os recursos é preciso estar regular com FGTS e INSS e tomamos o cuidado de entrar em contato para alertar sobre alguma pendência, bem como a necessidade de correção de dados bancários inconsistentes, e assim agilizar o pagamento”, explica Luís Henrique Brandão, coordenador de Educação Fiscal da Sefaz-Ba.

Desde 2018, os desembolsos feitos para as entidades que participam do Sua Nota é um Show de Solidariedade passaram a ser associados à quantidade de notas eletrônicas arrecadadas por cada entidade por meio da Nota Premiada Bahia. Com o mais recente pagamento, chega a R\$ 31,8 milhões o total repassado às entidades participantes do programa desde o lançamento da Nota Premiada Bahia, no final de 2017. Deste total, R\$ 21 milhões correspondem às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa. A cada quadrimestre são destinados R\$ 1,5 milhão para as instituições da área de saúde e R\$ 1,5 milhão para as da social.

Solidariedade

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Ao contrário do que acontecia com os cupons em papel, que exigiam das instituições uma logística complexa e custos altos para implantação de urnas em um número restrito de estabelecimentos, com a NFC-e a doação passou a acontecer de forma automática a cada compra em que o CPF cadastrado for incluído na nota.

Cada instituição passou a ter a sua própria urna digital online. Isso é especialmente benéfico para as pequenas instituições, que podem ser apoiadas por pessoas de todo o estado, sem restrições territoriais e financeiras. Além de não haver mais necessidade de acumulação de notas em papel, no novo formato as instituições têm mais liberdade para utilizar os recursos, com a mudança da regra que exigia a elaboração de planos de trabalho: foi adotado um modelo mais flexível de aplicação dos recursos arrecadados a partir das notas compartilhadas pelos doadores. As instituições, entretanto, precisam estar em dia com suas certidões junto ao FGTS e ao INSS, como determina a legislação, para fazerem jus à premiação nesta nova etapa do Sua Nota é um Show de Solidariedade.

Atualmente os sorteios de prêmios para os participantes da Nota Premiada Bahia não estão acontecendo em função da suspensão dos sorteios da Loteria Federal devido à pandemia do novo coronavírus. As premiações da campanha tomam por base os resultados da Loteria divulgados pela Caixa Econômica Federal (CEF) para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes ganhadores dos sorteios mensais e especiais. Mas, os bilhetes continuarão sendo acumulados pelos participantes para concorrerem aos prêmios assim que os sorteios forem retomados.

Veículo: Folha do Estado – Feira de Santana	
Data: 18/06/2020	Caderno: Municípios



Municípios

Suspensão de prazo para processos fiscais prorrogada

A medida foi implementada tendo em vista a crise do novo coronavírus. Assim, os contribuintes que quiserem protocolar contestações relativas a cobranças de tributos não perderão o período legal para fazer essas solicitações

Foi novamente prorrogada pelo Governo do Estado, desta vez para o dia 30 de junho, a contagem de prazos de recursos relativos a Processos Administrativos Fiscais no âmbito da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba). Publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), por meio do Decreto nº 19.757, a medida foi implementada tendo em vista a crise do novo coronavírus.

Assim, os contribuintes que quiserem protocolar contestações relativas à cobranças de tributos não perderão o período legal para fazer essas solicitações. A suspensão evita que os contribuintes percam o prazo para entregar suas impugnações ou recursos. O prazo anterior de suspensão terminava no dia 14 de junho.

A medida foi adotada como parte da estratégia do governo baiano ante a pandemia do novo coronavírus. As 34 unidades da Fazenda Estadual distribuídas por todo o estado deixaram de prestar atendimento desde o dia 23 de março, e foi feita a migração para o meio virtual de 22 serviços que antes eram prestados apenas de forma presencial.

Caso tenha dúvida ou encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para faleconosco@sefaz.ba.gov.br ou ligar para o Call Center da Sefaz-BA, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Todos os serviços em meio eletrônico

Ao entrar na [página da Sefaz-BA](#), basta clicar no ícone “Carta de Serviços ao Cidadão”, localizado na lateral direita do site, para ter acesso à relação completa dos 22 serviços que migraram para o meio eletrônico e conferir se a demanda poderá ser resolvida no próprio site ou então com o envio de documentação via e-mail. Ao todo, 113 serviços estão disponíveis para os contribuintes no site da Sefaz-BA.

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Justiça

17/06/2020 18:43

Justiça determina ao Banco do Brasil a devolução de R\$ 150 milhões ao Estado da Bahia

A pedido da Procuradoria Geral do Estado (PGE), o juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública de Salvador Manoel Ricardo D'Ávila determinou que o Banco do Brasil devolva ao Tesouro Estadual cerca de R\$ 150 milhões referentes à parcela do mês de maio de um contrato de financiamento do Estado da Bahia com o banco.

A decisão acata, em parte, o pedido da PGE que, diante da repercussão mundial ocorrida por conta da pandemia do Covid-19, situação que ensejou a declaração do estado de calamidade pública, repercutindo fortemente no quadro econômico do estado da Bahia, solicitou a suspensão e prorrogação do vencimento das parcelas de maio e novembro de 2020 do financiamento, para serem relocadas para o final do contrato, sem imposição de multa e qualquer restrição cadastral ou qualquer forma de bloqueio.

Responsável pela demanda, o procurador do Estado Jamil Cabus apontou como causa do pedido a situação superveniente e imprevisível causada pela pandemia do Covid-19, o déficit na arrecadação de tributos e também o aumento extraordinário de despesas com a área de saúde para combater a disseminação do coronavírus e tratamento dos pacientes acometidos pela doença, que não estavam previstas no orçamento.

O Estado celebrou o contrato de financiamento com o Banco do Brasil em novembro de 2013, para custear investimentos nas áreas de segurança pública prisional, ciência, tecnologia e inovação, saúde, mobilidade urbana e infraestrutura. O contrato vem sendo cumprido regularmente com pagamento das parcelas já vencidas.

A decisão

O juiz Manoel Ricardo D'Ávila entendeu que o contrato de financiamento objeto do pedido é um contrato privado da Administração Pública regulado pelo Direito Civil e, por este motivo, aplicou o art. 393 do Código Civil, segundo o qual, "o devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado".

O magistrado deferiu a liminar em favor do Estado determinando a suspensão do pagamento da parcela de R\$ 149.746.000,00, relativa ao mês de maio de 2020. Em virtude de já ter ocorrido o débito do valor no dia 27/05/2020, o juiz ordenou que o Banco do Brasil promovesse o estorno do respectivo valor e o creditasse na conta do Tesouro Estadual, no prazo de 24 horas, sob pena de multa diária equivalente a 1% (um por cento) do valor a ser creditado.

Sobre a parcela de novembro, o juiz entendeu que, por ora, não foram preenchidos os requisitos necessários para o deferimento do pedido e que o mesmo será analisado posteriormente, de acordo com a conjuntura econômica do Estado nesta futura data.

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 18/06/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 18 de Junho de 2020 - 19:20

Governo estadual rebate presidente da UPB e diz que repassou R\$ 12 mi a municípios

O governo do estado respondeu às declarações de Eures Ribeiro (PSD), presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB) e prefeito de Bom Jesus da Lapa ([veja aqui](#)), de que a gestão estadual não teria repassado recursos federais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Segundo a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia (SJDHDS), em nota encaminhada ao Bahia Notícias, "o repasse do recurso federal é feito diretamente aos municípios e são realizados por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), diretamente para Fundo Municipal de Assistência Social, não tendo nenhum tipo de interferência do estado".

Ainda conforme nota da SJDHDS, os recursos transferidos por meio da FNAS para os municípios devem ser aplicados na operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios para populações vulneráveis.

A SJDHS alega que o governo do estado já realizou o repasse de recursos para 340 municípios, totalizando um montante de R\$ 12.323.522,74. Em junho, ainda haveria um processo de pagamento de mais R\$ 4.308.903,26 para as cidades baianas.

"O governo da Bahia é absolutamente comprometido com os baianos e não mede esforços para que benefícios cheguem aos 417 municípios do estado. Num momento de guerra, no qual enfrenta-se o coronavírus, esse compromisso torna-se ainda mais evidente e com um único objetivo: salvar vidas", finalizou a nota.

Veículo: bahia.ba	
Data: 18/06/2020	Caderno: Economia



Efeito pandemia: varejo baiano contabiliza perda de R\$ 1,74 bilhão em abril

Entre as atividades de peso no comércio baiano, o setor de vestuário teve a maior retração (64,9%)

O varejo baiano teve perdas de R\$ 1,74 bilhão em abril, primeiro mês integralmente atingido pela quarentena gerada pelo combate ao novo coronavírus. O montante confirma uma retração de 33,2% no volume de vendas frente ao mesmo mês do ano passado. Os dados são da Federação do Comércio de Bens, Serviços e de Turismo (Fecomércio-BA), a partir de sondagem da Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Das dez atividades analisadas pela PMC, somente os supermercados registraram um resultado positivo. Ainda assim, foi uma variação tímida (0,8%).

“De fato, com o aumento do desemprego, retração da renda e do isolamento social, as famílias fizeram as compras essenciais, do dia a dia, buscando produtos com descontos para tentar manter a mesma qualidade da cesta de compras que faziam anteriormente”, explica o consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze.

Vestuário

As maiores quedas foram dos setores de livros, jornais e revistas (-81,4%) e equipamentos e materiais para escritórios (-69%). Entretanto, os dois têm um peso muito pequeno no desempenho geral. Dentre as outras atividades que têm maior influência no varejo do Estado, o destaque ficou com o setor de vestuário, tecidos e calçados, com retração anual de 64,9%.

Guilherme Dietze afirma que esse segmento sofre mais na crise, pois ele é mais difícil de conseguir atrair consumo através do e-commerce. “Os consumidores gostam de provar, pagar e levar na hora e com maior agilidade no caso de troca. Na compra pela internet todo esse processo é mais complicado”.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 19/06/2020	Página: A2

Fecomércio opta por cautela na reabertura

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio-Ba), divulgou nota oficial, negando-se integrar a organização de movimento dos lojistas de Salvador, convocado para esta sexta, dia 19, às 7 horas.

Segundo o texto da nota, em sua íntegra, "desde o início da pandemia, a Fecomércio-Ba tem mantido o diálogo permanente e direto com os poderes públicos, especialmente a prefeitura de Salvador, reunindo-se semanalmente com o prefeito e os secretários".

De acordo com a versão da instituição presidida pelo empresário lojista Carlos Andrade, a Federação já conseguiu diversos pleitos, como a abertura paulatina de alguns segmentos do comércio desde o dia primeiro de junho.

"A próxima etapa da luta", diz a nota, "é trabalhar para o restabelecimento das atividades comerciais com a cautela e seguir a rança que o movimento pede, sempre priorizando a preservação da vida".

DESAGRADO - Já o Sindicato dos Lojistas do Estado da Bahia (Sindilojas), dirigido por Paulo Mota, tem manifestado o desagrado de seus afiliados em relação à estratégia do distanciamento, pois na avaliação dos empresários, "a população quer sair".

Os lojistas têm se posicionado contrários aos repetidos anúncios de prorrogação de decretos de isolamento social, apesar de estarem cientes dos riscos de alastramento da pandemia.

Os números de quedas nas vendas podem ser mais que a morte de mil e poucas pessoas ao dia no país de maior número diário de óbitos no mundo, cuja multiplicação é tida como certa sem regras de controle de circulação de pessoas.

Hospital Clériston Andrade inaugura 10 leitos exclusivos

**LOUISE CIBELLE
E REDAÇÃO**

Um total de 10 leitos foram inaugurados, ontem, para o tratamento de pacientes com Covid-19, no Hospital Geral Clériston Andrade (HGCA), em Feira de Santana.

De acordo com informações do Acorda Cidade, os leitos classificados como amarelos são para tratamentos clínicos e serão usados para doentes que não necessitam de respiradores e aqueles que receberam alta da UTI de Covid-19, mas que ainda precisam de recuperação.

Com seis leitos na Sala Vermelha, o hospital vai utilizá-los para a estabilização de doentes críticos com a doença, 10 leitos de UTI para atendimento exclusivo de pacientes críticos e que precisem de respiradores e cuidados intensivos e 10 leitos clínicos, totalizando 26 leitos exclusivos para tratar a

doença.

Além disso, o centro de tratamento do HGCA para a Covid-19 conta ainda com uma cabine de desinfecção para os profissionais da saúde que estão na linha de frente no combate à pandemia no município, diminuindo assim os riscos de contaminação na unidade.

Abraço sem Toque

Depois de três meses longe dos abraços apertados, tudo que a maioria dos balanos precisa, agora, é de um pouco de afago, em encontros com amigos, colegas e familiares. Para amenizar a saudade de carinho, o Hospital Geral Roberto Santos (HGRS) criou o projeto 'Corrente do Bobs - Abraço sem Toque', que tem objetivo de motivar as equipes por meio de visitas especiais.

Além dos vídeos motivacionais, da exibição de fotos dos funcionários e da realização de dinâmicas em

grupos, a ação utiliza-se de dois símbolos: o chocolate, cuja finalidade é adoçar e trazer um novo sabor ao momento, e as sementes de girassol, que trazem a ideia de renovação, recomeço e vida – significados que são apresentados aos participantes quando são homenageados. Os resultados vão além das expectativas, contribuindo, inclusive, para uma assistência ainda mais humanizada no HGRS.

De acordo com o coordenador do ambulatório do HGRS, Alan Almeida, que é, também, um dos organizadores do projeto, a comissão já notou benefícios: maior comprometimento dos profissionais; maximização da produtividade; aumento da confiança; desenvolvimento do relacionamento interpessoal; alinhamento dos valores da unidade hospitalar e redução da ausência dos colaboradores. A ação já percorreu setores administrativos e assistenciais como UTIs, emergências e enfermarias.

"Com o surgimento da pandemia, houve o afastamento de grande número de profissionais, em razão da Covid-19 ou por outras razões psicológicas. Então, para valorizar e motivar os que continuaram em atividade e os que retornaram após isolamento, implementamos o [projeto]", explica Alan.

FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES



 @donaldsongomes

DEPOIS DA PANDEMIA

Tem dois projetos que fazem brilhar os olhos do vice-governador e secretário de Desenvolvimento da Bahia, João Leão. Um é o da Ponte Salvador-Itaparica que, apesar da desconfiança de muita gente, segue firme, garante ele. “A ponte continua a ser uma prioridade nossa. Vai dobrar a arrecadação do estado”, acredita. Segundo ele, com a estrutura, a Bahia deve passar de um total de receitas de R\$ 44 bilhões por ano para R\$ 80 bilhões. A outra grande expectativa de Leão está lá nas margens do Rio São Francisco, onde a SDE trabalha pela implantação de um Polo Sucroalcooleiro. Segundo ele, serão implantadas dez usinas na região de Barra, sendo que quatro delas estariam bastante adiantadas. A aposta do vice-governador é por uma matéria-prima sustentável para a indústria química. “A Bahia hoje tem 30% de suas receitas a partir do Polo Petroquímico, que tem 70% de sua produção voltada para equipamentos plásticos, só que a partir do petróleo. Em breve teremos a possibilidade de ter isso de uma matriz Alcoolquímica”, acredita.

PPP PARA O MATOPIBA

Outra notícia comemorada por Leão é a PPP da Estrada do Feijão, que chegou a ser apontada como inviável. Um consórcio vai cuidar do trecho entre Feira de Santana e a ponte sobre o São Francisco, em Barra. De lá até Buritirama, a via está pronta, diz. Falta concluir a pista de lá até a fronteira com o Piauí. “Com essa ligação, podemos trazer cargas do Matopiba para o Porto de Salvador”, projeta.

“A ponte continua a ser uma prioridade nossa. Vai dobrar a arrecadação do estado”
João Leão

Vice-governador e secretário de Desenvolvimento da Bahia

4

Usinas já estão confirmadas em polo sucroalcooleiro, diz SDE

Venda de campos

A Petrobras obteve sentença favorável relativa ao processo envolvendo a venda de campos terrestres de petróleo e gás natural, e instalações integradas, aqui na Bahia. A decisão publicada ontem julgou improcedente ação popular que visava à suspensão do processo de cessão dos referidos campos. A maior parte dos campos já está em fase adiantada de negociações contratuais. “Com a conclusão desses desinvestimentos, há a expectativa de aumento do nível de investimentos por parte dessas empresas, movimentando a economia local”, diz nota da empresa.

CVP em movimento

O geólogo João Carlos Cavalcanti não para. Presidente da Companhia Vale do Paramirim (CVP), ele anunciou ter encontrado reservas de alumínio e cobalto na região Sudoeste, em Caculé, a 780 quilômetros de Salvador. E na próxima quarta-feira, a CVP realiza nova etapa de sondagens nas reservas da empresa no município de Caetité.

NO HORIZONTE

● **Tim Live.** A Tim ampliou o seu serviço de internet fixa, o Tim Live, para oito bairros de Salvador e chegou a um total de 100 atendidos.

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

Setor de serviços na Bahia tem queda recorde

ABRIL O volume do setor de serviços na Bahia sofreu uma queda recorde no mês de abril em relação a março. Os dados, divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que houve queda considerável tanto na comparação com o mês anterior (-21,0%), na série com ajuste sazonal, quanto frente ao mesmo mês de 2019 (-29,9%). Foram os maiores recuos da série histórica da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE, iniciada em 2011.

Frente a março, a queda dos serviços baianos (-21,0%) foi bem superior à verificada no Brasil como um todo (-11,7%), também recorde para o país desde 2011) e a terceira mais intensa entre os estados. Só Alagoas (-26,5%) e Ceará (-21,8%) mostraram resultados piores que o da Bahia.

De março para abril, quase todas as 27 unidades da Federação apresentaram recuos no volume de serviços prestados: houve crescimento somente em Mato Grosso (9,0%).

Na comparação com abril de 2019, o setor de serviços na Bahia teve queda ainda mais profunda (-29,9%), também muito maior que a nacional (-17,2%) e a segunda mais intensa entre os estados. Apenas Alagoas (-32,3%) apresentou resultado pior.

Comparado com o mesmo mês do ano



TIAGO CALDAS/ARQUIVO CORREIO*

Salões de beleza são um exemplo de setor de serviços que vem sofrendo bastante por conta da pandemia

passado, dentre os estados, apenas Rondônia teve alta no setor de serviços (3,1%).

Com o quarto resultado negativo consecutivo frente ao mesmo período de 2019, o setor de serviços na Bahia acumula recuo de -12,3% de janeiro a abril de 2020. É a maior queda acumulada no ano, no estado, desde o início da série da PMS, em 2011, e também o pior desempenho dentre as 27 unidades da Federação.

No país como um todo, os serviços acumulam queda de -4,5% de janeiro a abril de 2020, com resultados positivos apenas em Rondônia (2,7%) e no Amazonas (0,8%).

No acumulado nos 12 meses encerrados em abril, os serviços também seguem em baixa na Bahia (-6,2%). Um desempenho bem inferior ao nacional (-0,6%) e o quarto recuo mais profundo entre os estados.

Correio*

miriam leitão


blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Ontem não foi um "grande dia" para Jair Bolsonaro, no sentido que ele costuma dar à expressão, mas foi um dia longo e cheio de eventos. O presidente amanheceu sabendo que seu velho amigo, e colecionador de segredos, Fabrício Queiroz tinha sido preso na casa do advogado de Flávio Bolsonaro, e que também defende o presidente em outros casos, Frederick Wassef. O STF, com votação consagrada, considerou constitucional o inquérito das fake news que tem se aproximado de apoiadores e pessoas do círculo presidencial. Na confirmação da constitucionalidade do inquérito foram lançadas duríssimas mensagens ao presidente. Bolsonaro apareceu de tarde, tenso e estático, ao lado de Abraham Weintraub, um dos investigados. O presidente tirou-o do cargo de ministro a contragosto. Apesar do seu péssimo desempenho na Educação, o presidente o manteria se pudesse.

Wassef entra e sai do Palácio Alvorada, em fins de semana e fora de horário de trabalho. Entra e saiu do Palácio do Planalto. Na quarta-feira mesmo esteve lá na posse do novo ministro da Comunicação. É pessoa próxima da família. E justamente Wassef hospedava

Fabrício Queiroz, num sítio. Onde? Em Atibaia. Surreal.

Os Bolsonaros temem que Queiroz fale porque ele sabe muito. Ele é homem treinado a esconder informação. Contudo, está doente, e sempre teme que suas filhas fossem atingidas. Tanto que foi a única pergunta que fez. A mulher Márcia Aguiar está sendo procurada.

O nome "rachadinha" reduz o peso do crime. O deputado Flávio Bolsonaro tinha mais de uma dezena de funcionários fantasmas no seu gabinete. Todos eles entregavam parte do salário a Queiroz. Entre os fantasmas, parentes da ex-mulher de Bolsonaro que moravam em Resende. A mulher do próprio Queiroz, Márcia. A filha dele estava lotada no gabinete do então deputado Jair Bolsonaro, mesmo sendo personal trainer no Rio. A ex-mulher e a mãe do mi-

liciano Adriano da Nóbrega também recebiam sem trabalhar no gabinete de Flávio. Queiroz comunicou à ex-mulher de Adriano, Danielle Mendonça, que ela seria exonerada porque Flávio "ficaria muito exposto na campanha". O miliciano Adriano reclamou com a ex, porque parte do dinheiro ia para ele. Tudo isso já foi investigado. Essa fantasmagórica equipe fez 483 depósitos na conta do ex-assessor, preso ontem, no valor total de R\$ 2 milhões em um ano. O nome disso é desvio de dinheiro público. Rachadinha é apelido.

De noite, na live, o presidente disse que a prisão foi "espetacular" e que Queiroz poderia ter sido convocado que compareceria. E que estava no sítio porque era perto do hospital, em São Paulo, onde ele se trata de câncer. Recentemente, Flávio também defendeu o assessor que demitiu no

auge da campanha de 2018, dizendo que Queiroz era correto e trabalhador, e que "dava o sangue" pelo que acreditava. Continuam ligados, pelo visto.

No Supremo, o inquérito das fake news prosseguirá agora muito mais forte depois do julgamento sobre a sua legalidade. Dez dos 11 ministros consideraram que sim, ele é constitucional, e deram razões de sobra para a investigação sobre os ataques ao Supremo Tribunal Federal. Houve nas mensagens mais do que ódio. Houve ameaças de morte contra ministros, de estupro de suas filhas. Na deep web foi encontrado um plano de explosão do Supremo com croqui do prédio. Dias Toffoli lembrou a história do ministro Hans Kelsen, da Suprema Corte da Áustria, que, atacado por conservadores extremistas, no clima da ascensão do nazismo na

região, acabou pedindo para sair do tribunal. "Ninguém defendeu a Corte Constitucional. Ninguém defendeu a democracia. E eis que a pálida e escura noite do totalitarismo destruiu a civilização e seus valores", disse Toffoli. O ministro Celso de Mello definiu como "insólita ameaça" e "gravíssima transgressão" à Constituição o descumprimento de ordem judicial, "por parte de qualquer autoridade, inclusive o presidente". Todos disseram que o STF é o guardião da Constituição, a "última palavra constitucional". Recado para Bolsonaro. "Essa corte tem a exata noção histórica do momento", disse Celso.

Num dia de más notícias para o governo, tentou-se desviar a atenção com a demissão de Weintraub. Por seu péssimo trabalho, Weintraub recebeu uma promoção. Vai ser diretor do Banco Mundial na vaga que o Brasil ocupa. De noite, Bolsonaro teve tempo de mais uma fake news. Disse que 40% das mortes registradas como covid-19 não foram de covid.

O nome do que acontecia no gabinete do senador Flávio Bolsonaro é desvio de dinheiro público. Rachadinha é apelido.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Todos os medos do presidente

Correio*

Fatia de famílias endividadas sobe a 67,1%

EM ALTA Em meio à crise da pandemia da covid-19, o percentual de famílias brasileiras com dívidas atingiu novo recorde histórico em junho. Com alta de 0,6 ponto percentual, ele chegou a 67,1%, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) desde janeiro de 2010. A inadimplência também acelerou no período avaliado.

Em nota, a CNC afirma que a renovação da alta do endividamento indica que as famílias estão demandando mais crédito no sistema bancário, seja para pagar dívidas e despesas correntes, seja para manter algum nível de consumo.

O número de famílias com dívidas ou contas em atraso chegou a 25,4% em junho, atingindo o maior nível desde dezembro de 2017

“As incertezas sobre a recuperação da economia no pós-crise somam-se à proporção elevada de consumidores endividados no país. Assim, mostra-se importante ampliar o acesso ao crédito a custos mais baixos e alongar os prazos de pagamentos das dívidas, para com isso mitigar o risco do crédito no sistema financeiro”, defende a CNC.

O número de famílias com dívidas ou contas em atraso chegou a 25,4% em junho, atingindo o maior nível desde dezembro de 2017 e registrando crescimento nas bases mensal (+0,3 ponto percentual) e anual (+1,8 ponto percentual). Já o total de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso e que, portanto, permaneceriam inadimplentes chegou a 11,6% - patamar mais alto desde novembro de

2012. O indicador também apresentou aumento mensal (+1,0 ponto percentual) e anual (2,1 pontos percentuais).

De acordo com a instituição, apesar do contexto negativo no mercado de trabalho (com alta expressiva dos desligamentos) e para a renda, a queda da taxa Selic e a inflação controlada em níveis historicamente baixos são fatores que podem favorecer o poder de compra dos consumidores. A confederação destaca que “as transferências emergenciais do ‘coronavoucher’ também impactam positivamente a renda e o consumo, especialmente, dos itens considerados essenciais”.

Em relação aos tipos de dívida, o cartão de crédito continua sendo o mais apontado pelos brasileiros como a principal modalidade de endividamento (76,1%).

Dólar sobe pelo 7º dia seguido, negociado acima de R\$ 5,35

TEMORES O dólar engatou ontem, a sétima alta seguida, período em que acumulou valorização de 10%. A quinta-feira teve amplo noticiário negativo para a moeda brasileira, interno e externo. Lá fora, a cautela com indicadores fracos da econo-

mia americana e o aumento do temor com uma segunda onda de coronavírus fizeram o dólar subir ante divisas fortes e de emergentes.

No noticiário doméstico, o clima de incerteza após a prisão de Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador Flá-

vio Bolsonaro (República- RJ), se somou no meio da tarde à saída do governo do ministro da Educação, Abraham Weintraub. Para pressionar ainda mais o câmbio, houve a sinalização do Banco Central de mais queda de juros.

Com crise, atividade econômica volta ao nível de 2006

RECUO A crise provocada pela pandemia do novo coronavírus fez o nível da atividade econômica no Brasil recuar 14 anos. Dados divulgados ontem pelo Banco Central mostram que seu Índice de Atividade (IBC-Br) fechou abril em 118,30 pontos, já considerando os ajustes sazonais. Este é o menor nível mensal para a atividade desde outubro de 2006, quando o indicador estava em 117,99 pontos. Em relação a março, a queda do IBC-Br foi de 9,73% - o maior recuo mensal da série histórica, iniciada em janeiro de 2003. Considerando apenas dois meses de crise - março e abril, quando o isolamento social já estava em curso, a atividade econômica despencou 15,29%.

Tido como "prévia do BC para o PIB", o IBC-Br serve como parâmetro para avaliar o ritmo da economia ao longo dos meses. O Ministério da Economia já trabalha com uma retração de 4,7% do PIB.

SENADO APROVA SUSPENSÃO DE CONSIGNADOS

QUATRO MESES O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto que suspende por quatro meses os pagamentos das prestações de créditos consignados de aposentados e pensionistas. Também serão beneficiados os servidores e empregados públicos e do setor privado, ativos e inativos. A matéria segue agora para a Câmara dos Deputados. As prestações suspensas deverão ser pagas nos meses subsequentes ao final do antigo contrato. O texto também proíbe multa ou juros sobre as parcelas suspensas.

MENSALIDADES DO FIES DEVEM FICAR PARA O ANO QUE VEM

ESTUDANTES A Câmara aprovou ontem o texto-base do projeto que suspende a cobrança das mensalidades do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) até 31 de dezembro em razão da pandemia. A proposta já foi votada pela Câmara em maio, mas sofreu alterações no Senado e, por isso, retornou à Casa de origem. Se a lei for sancionada, ficarão suspensos os pagamentos de amortização do saldo devedor; eventuais juros incidentes; quitação das parcelas oriundas de renegociações de contratos, por parte dos estudantes beneficiários.

Tribuna

Situação crítica

As transportadoras encontram-se em situação crítica após três meses de pandemia. Só em maio, 80,6% das empresas de transporte apresentaram queda de demanda, sendo que quase dois terços delas (61,2%) indicaram que essa retração foi significativa. É o que revela a 3ª rodada da Pesquisa de Impacto no Transporte Covid-19, divulgada pela CNT (Confederação Nacional do Transporte). Foram ouvidas 619 empresas de cargas e de passageiros de todos os modais de transporte entre os dias 5 e 10 de junho.

Pagamentos

De acordo com o levantamento, 74,8% dos transportadores estimam impactos negativos da crise nos seus negócios por mais de quatro meses. 63,8% dos entrevistados declararam que estão com sua capacidade de pagamento comprometida -, sendo que, para 34,1%, a capacidade está muito comprometida. Além disso, 27,0% informaram que conseguem operar por, no máximo, mais um mês sem apoio financeiro, e 18,3% já precisaram recorrer a empréstimos.

GUILHERMI

Afinal, o que é f

Aluguéis

A Câmara Municipal de Salvador aprovou o projeto de indicação que obrigará os proprietários de salas, condomínios e demais estabelecimentos alugados a reduzir em 50% o valor cobrado pela locação. A autora Marcelle Moraes (DEM) afirma que é momento de minimizar o impacto social e econômico durante a pandemia do coronavírus. De acordo com a proposta, os locatários que não seguirem a determinação de renegociar os novos valores junto aos inquilinos poderão pagar uma multa de 8% sob o valor total do imóvel.

Garçons

O vereador Sabá (DC) solicitou ao prefeito ACM Neto (DEM), através de projeto de indicação, a extensão do auxílio emergencial municipal aos garçons de Salvador. Devido às medidas restritivas de combate ao novo coronavírus, decretadas desde o dia 24 de março, cerca de 12 mil bares e restaurantes foram fechados e muitos garçons foram dispensados ou demitidos.

Espanto

O vereador Edvaldo Brito está surpreso com a aprovação, na Câmara, de um projeto de indicação sugerindo a suspensão da cobrança de impostos municipais a partir de março, por conta da pandemia. "Ora, indicar apenas não resolve e quem quer beneficiar o povo suspende logo a cobrança dos tributos, favorecendo os cidadãos que estão em dificuldades, como já o fazem muitas cidades, estados e até o governo federal", declarou Brito. O vereador já apresentou três projetos tratando do assunto, e nenhum foi apreciado. Inicialmente apresentou, em abril, projeto de lei adiando o pagamento de impostos municipais, como IPTU, ISS e TFF. Esse projeto foi reformulado e continua aguardando ser examinado na Comissão de Constituição e Justiça.



Edvaldo Brito

Moratória

Brito apresentou outro projeto de lei na semana passada, dessa vez propondo a moratória desses tributos: o devedor só irá pagar depois que passar a pandemia, e depois que forem discutidos o prazo e a forma de pagamento das dívidas, sem juros ou correções. "Para que fazer projeto de indicação, que é apenas de uma sugestão? Nós vereadores podemos decidir. Por que não votar os meus projetos que são a solução? Essa Câmara só serve para dizer amém, para aprovar o que o prefeito manda?", questiona Brito. Ele chama a atenção para o "suplício" que é alguém estar com o nome no Cadin, o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados, e faz um apelo ao presidente Geraldo Júnior: "Coloque os meus projetos em votação, não importa que sejam derrotados, porque aí irei para as ruas, mesmo com a pandemia, pedir apoio ao povo, que é a quem devemos satisfação".

Benefícios

O prefeito ACM Neto anuncia hoje, às 11h, em coletiva virtual, os detalhes da prorrogação do benefício de R\$270 pagos a trabalhadores informais e individuais. O programa tinha previsão de durar, inicialmente, três meses, mas será ampliado.

Veículo: Bahia.ba	
Data: 19/06/2020	



Atividade econômica cai quase 10% em abril com pandemia, diz Banco Central

Em relação ao mesmo mês de 2019, a queda chegou a dois dígitos, com 15,09% de contração

Indicador IBC-Br do Banco Central divulgado nesta quinta-feira (18) mostra que a crise gerada pela pandemia da Covid-19 fez com que a atividade econômica brasileira despencasse 9,73% em abril.

Em relação a abril de 2019, a queda chegou a dois dígitos, com 15,09% de contração.

O índice registra queda pelo segundo mês seguido. Em março, houve redução de 5,90% no setor produtivo.

O número foi calculado com ajuste sazonal (que remove particularidades do período, como número de dias úteis, por exemplo) para facilitar a comparação com outros meses.

Nos primeiros quatro meses do ano, houve retração de 4,15% na atividade. Já no acumulado dos últimos 12 meses, o índice queda de 0,52%.

Na segunda quinzena de março começaram a ser impostas restrições para tentar conter a pandemia de Covid-19. Abril foi o primeiro mês fechado com as pessoas em casa e com atividades paralisadas.

O IBC-Br mede a atividade econômica do país e é divulgado desde março de 2010. Ele foi criado para auxiliar em decisões de política monetária, já que não existe outro dado mensal de desempenho do setor produtivo.

Veículo: Bahia.ba	
Data: 19/06/2020	



IBGE: valor das vendas industriais atingiu R\$ 2,6 tri em 2018

Ranking das atividades em 2018 foi liderado por produtos alimentícios

Agência Brasil

O valor das vendas industriais no país atingiu R\$ 2,6 trilhões em 2018, de acordo com a Pesquisa Industrial Anual Produto (PIA Produto), divulgada hoje (18) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram pesquisados 3.400 produtos fabricados pelas 32,5 mil empresas com 30 ou mais pessoas ocupadas e suas 39 mil unidades locais industriais. A PIA Produto constitui a principal fonte de informações sobre a produção de bens e serviços industriais no Brasil.

O *ranking* das atividades em 2018, em comparação ao ano anterior, foi liderado pela fabricação de produtos alimentícios, cuja participação no valor de vendas alcançou 16,9%. A fabricação de produtos químicos aparece em segundo lugar, com 10,3%, seguido da fabricação de coque, de produtos derivados de petróleo e de biocombustíveis (10,1%).

Os maiores aumentos de participação no valor das vendas, em relação a 2017, foram observados na fabricação de coque, de produtos derivados de petróleo e de biocombustíveis, da ordem de 1 ponto percentual, seguido de extração de petróleo e gás natural (0,9 pp) e de metalurgia (0,7 pp). A maior queda na participação no valor de vendas foi registrada na fabricação de produtos alimentícios (-1,8 pp).

A pesquisa do IBGE mostra que os dez maiores produtos ou serviços industriais representaram, em conjunto, 20,8% do valor das vendas em 2018. A liderança coube a óleos brutos de petróleo e diesel, cujas participações atingiram 3,4% e 3,2%, respectivamente.

Cem maiores

De acordo com a pesquisa, os 100 produtos industriais com maior valor de vendas registraram, em 2018, receita de R\$ 1,4 trilhão ou o equivalente a 54,7% do total das unidades locais industriais das empresas com 30 trabalhadores ou mais pessoas ocupadas. Os maiores ganhos de posição no *ranking* foram observados nos produtos zinco e ligas de zinco em formas brutas (lingotes, placas), que passaram da 152ª posição para a 93ª colocação, nafta (da 112ª para 69ª), ligas de alumínio em formas brutas (da 111ª para 84ª), caminhão-trator (cavalo mecânico) para reboques e semirreboques (da 56ª para 30ª) e máquinas para colheita (da 105ª para 80ª).

Em contrapartida, as maiores perdas de posição foram sentidas em sabões ou detergentes em pó (da 68ª para 100ª colocação) e leite em pó (da 63ª para 90ª).

Análise regional

A sondagem revela ainda que tomando por base o fator regional, a participação na distribuição do valor de vendas no período 2009/2018 aumentou em todas as regiões brasileiras, à exceção

do Sudeste, onde caiu de 62% para 55,4%. O destaque positivo foi para as regiões Nordeste, que subiu de uma participação de 8,6%, em 2009, para 11%; Norte, de 6,6% para 6,9%; Sul, de 18,8% para 20,2%; e Centro-Oeste, de 4% para 6,5%.

Os principais produtos no valor de vendas em cada grande região, no ano da pesquisa, foram minério de ferro no Norte, com participação de 19,3%; carne bovina fresca ou refrigerada no Centro-Oeste (12,6%); óleos brutos de petróleo no Sudeste (6,1%); óleo diesel no Nordeste (5,9%); e óleo diesel no Sul (3,9%).

A PIA Produto mostrou também que, à exceção de óleos brutos de petróleo da Região Sudeste, que entraram no *ranking* entre 2009 e 2018, todos os principais produtos citados que lideraram a participação no valor de vendas nas quatro demais regiões subiram na década analisada.

Economia de todos os estados do país vai encolher em 2020

Estudo do Santander prevê impacto maior para Amazonas, São Paulo e Rio

PEDRO CAPETTI
pedro.capetti@santander.com.br

A pandemia do novo coronavírus fará com que a economia de todos os 27 estados brasileiros sofram retração este ano. A constatação faz parte de um estudo elaborado pelo Santander. Pelas projeções do banco, as maiores quedas serão nos estados mais atingidos pela pandemia, como Amazonas, com previsão de -9,8%, São Paulo, (-8,5%) e Rio de Janeiro, com -7,9%.

O levantamento, comandado pelos economistas Lucas Nobrega Augusto e Noélly de Fátima, indica que o país terá uma queda de 6,4% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Eles partem da premissa de que a economia voltará a estar totalmente operacional apenas em setembro. Com isso, a possível recuperação das perdas ocorreria apenas em 2021.

A contração estimada pelos economistas será menor nas regiões menos impactadas pela pandemia e com ati-

vidades econômicas menos sensíveis ao isolamento, como a agropecuária. O setor será o único com crescimento econômico este ano. Segundo o Santander, o segmento vai crescer 2,9% e será o único a ter alta no ano.

Exatamente em função da agropecuária, nas regiões Centro-Oeste e parte do Norte o encolhimento da economia será mais suave, -2,4% e -3,7%, respectivamente. No Nordeste, os estados com maior participação da indústria de transformação no PIB e menor peso da administração pública terão as maiores quedas. É o caso da Bahia, Ceará e Pernambuco.

Por outro lado, Alagoas, Paraíba e Piauí, que contam com maior participação da administração pública e da agropecuária no PIB, devem encolher menos. Na região Sudeste, a queda esperada é 5,1% este ano.

— Haverá impacto direto da pandemia em todos os estados, mesmo aqueles com grande peso do agronegócio e da administração pública,

como o Tocantins. Os estados são muito conectados. E uma queda forte acaba afetando todos os setores interligados — explica Augusto.

PESO DO SUDESTE

De acordo com o estudo, a região Sudeste será o fiel da balança para uma queda maior ou menor da economia do país.

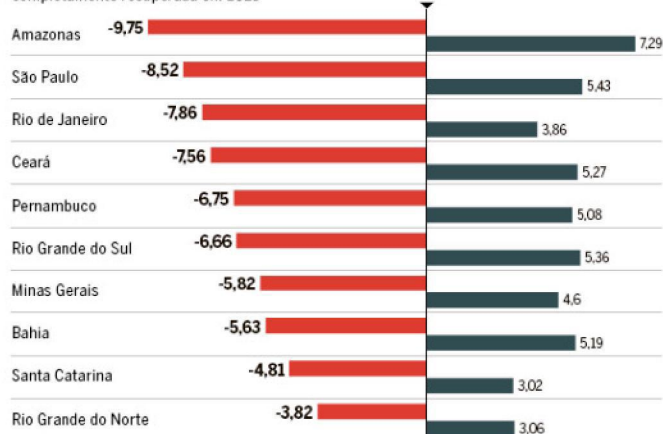
A região, cuja contração é estimada em 7,8%, é responsável por mais de 50% de tudo o que é produzido no país. E foi a primeira a sentir os impactos da pandemia e das necessárias medidas de isolamento social.

— A taxa de contágio interfere nas estatísticas de crescimento. Os estados que precisam de medidas mais duras de isolamento acabam tendo um crescimento menor — observa Augusto.

Dados levantados pelo pesquisador Marcel Balassiano, da FGV/Ibre, ajudam a entender os efeitos das medidas de distanciamento social na economia. Os indicadores si-

RETRAÇÃO DISSEMINADA

Queda do PIB este ano não será completamente recuperada em 2021



Fonte: Santander

Editoria de Arte

nalizam uma pequena melhora em maio e junho, mas a expectativa é de uma retomada bastante lenta.

Em São Paulo, estado responsável por 30% de tudo o que é produzido no país, o setor de serviços registrou perda de 19,4% e o de varejistas encolheu 17,6% no acumulado de março e abril, na comparação com fevereiro. A indústria paulista, por sua vez, teve retração de 27%.

No Rio de Janeiro, enquanto o varejo terminou o ano

com queda de 20%, a oferta de serviços, responsável por metade da produção do estado, encolheu 19,7% no segundo bimestre do ano, em relação ao período pré-pandemia. A economia fluminense está 11,9% menor do que no seu auge, segundo estudo de Balassiano.

Balassiano lembra que apenas Santa Catarina e Pará, recuperaram nos últimos anos todo o prejuízo da recessão do biênio 2015-2016.

— Mesmo sem se recupe-

rar totalmente da crise anterior, os estados entraram numa nova recessão. Ou seja, ao invés do gap diminuir, acabará aumentando — diz.

Para 2021, o Santander prevê alta de 4,4% no PIB do país, puxado pelo Sudeste, com 4,9%. Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste devem avançar 4,2%, 4%, 3,4% e 2,3%, respectivamente. Os bons números, diz Augusto, são explicados pela comparação com 2020, que terá resultado negativo.

Prévia do PIB mostra queda 9,7% em abril, diz BC

No primeiro mês a sofrer impacto integral da pandemia, a atividade econômica registrou a maior retração desde 2003. Para especialistas, o fundo do poço já foi atingido e resultado de maio deve ser um pouco melhor

GABRIEL SHINOHARA
gabriel.shinohara@globo.com.br
F1451A

Com distanciamento social e apenas atividades essenciais funcionando, a economia brasileira sofreu um tombo histórico de 9,7% em abril, primeiro mês de impacto integral da pandemia do novo coronavírus.

A conta, feita em relação ao resultado de março, é do Banco Central. O BC calcula mensalmente o Índice de Atividade Econômica do país, o IBC-BR, uma espécie de prévia do Produto Interno Bruto (PIB). A queda foi a maior já registrada desde que o BC passou a fazer esse cálculo, em janeiro de 2003.

O indicador captou uma parada súbita da economia.

Em abril, o país registrou retração de 16,8% nas vendas do varejo, a maior em 20 anos. Nos serviços, a perda foi de 11,7%, o pior desempenho desde 2011, e o freio na atividade industrial levou o setor ao maior nível de ociosidade desde 2001.

Pelos cálculos do BC é como se o país voltasse 14 anos no tempo, com o nível de atividade retrocedendo ao que era em 2006.

— É uma situação muito complicada, com esse número a gente retroage muitos e muitos anos atrás. A gente perde muito do que foi conquistado e, apesar de ter alguma melhora na margem em maio, não é nada muito bom — afirma Luana Miranda, economista e pes-

quisadora da FGV/Ibre.

Olhando para frente, no entanto, especialistas acreditam que com números tão ruins, abril pode ter marcado o fundo do poço. Mas uma retomada mais firme da economia ainda estaria distante.

LEVE RECUPERAÇÃO

Luana acredita que maio será um pouco melhor do que abril, mas ainda com forte queda na comparação com igual mês do ano passado.

— A gente espera que maio tenha alguma melhora na margem, mas muito pouco. Uma queda de 16,4% em relação ao ano anterior e alta de 0,2% na margem. Isso está relacionado com abril ser muito provavelmente o pior mês do ano — explica.

-15%

IBCR

Foi a queda da prévia do PIB em relação a abril de 2019

-16,8%

Vendas dos varejos

O desempenho representa maior perda em 20 anos

-11,7%

Sector de serviços

Foi o pior resultado para o segmento desde 2003

Na comparação com abril do ano passado, a queda do IBC-BR foi de 15%. O indicador também mostra uma redução de 6,94% no trimestre encerrado em abril de 4,15% no acumulado dos quatro primeiros meses do ano.

Pelas projeções da economista da FGV/Ibre, o país só deve recuperar os níveis de atividade econômica anteriores ao da crise atual no segundo semestre de 2021.

Em relatório, o economista para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, também avaliou que os dados recentes sugerem que a atividade econômica já atingiu o nível mais baixo e começou a subir em meados do mês de maio.

“O conjunto de informa-

ções da atividade real melhoraram um pouco em maio; processo que esperamos que continue em junho e acelere no terceiro trimestre apoiado pelo gradual fim dos protocolos de distanciamento social e quarentenas.”

Já Thomaz Sarquis, analista de macroeconomia da Eleven Financial, espera que maio tenha um resultado ainda pior do que abril. Ele destaca a incerteza sobre a recuperação no segundo semestre.

— A gente não sabe quanto tempo o vírus vai durar. Se vão retomar medidas de isolamento, se vai ter uma segunda onda e tudo isso implica maior risco para a atividade econômica lá na frente — pondera.

Empréstimo consignado pode ter cobrança suspensa

Senado aprova interrupção do pagamento por 120 dias. Texto agora será analisado pela Câmara

AMANDA ALMEIDA
amanda.almeida@globo.com.br

O Senado aprovou ontem um projeto que prevê a suspensão de pagamentos de empréstimos consignados para aposentados, pensionistas, funcionários públicos e do setor privado por 120 dias. Parlamentares justificaram a flexibilização pelas dificuldades impostas pela pandemia do novo coronavírus. O texto agora segue para análise da Câmara.

O projeto prevê ainda que as prestações suspensas só serão quitadas depois do vencimento da última parcela

prevista no financiamento original. Não haverá incidência de multa, juros, nem qualquer outro tipo de punição nas parcelas adiadas.

A proposta aprovada é de autoria do senador Otto Alencar (PSD-BA) que acabou derrubando o parecer do relator original do projeto, senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), que contava com o apoio do governo Jair Bolsonaro.

O parecer de Guimarães previa a suspensão dos pagamentos por 90 dias, como fixado pelo governo na Medida Provisória 936, aprovada no Senado na quarta-feira. A

maioria dos senadores considerou que o texto de Guimarães inviabilizaria a concessão do benefício para pensionistas e aposentados, já que previa que, para obtê-lo, era necessário ter sofrido redução de salário ou suspensão de contrato de trabalho.

— Os grandes bancos vão aguentar. Mas as cooperativas de crédito vão quebrar. Os próprios fundos de pensão, que usam parte desse dinheiro para complementar a aposentadoria das pessoas que colaboraram com o fundo de pensão e que aplicam esse dinheiro, vão ter dificuldades e não vão poder pagar a complementação de aposentadoria. Vamos desorganizar a economia de uma forma brutal — comentou Guimarães.

Para ele, o texto aprovado pelo Senado não deve ser avaliado pelos deputados:

— Provavelmente, sequer será colocado em votação.

Dólar sobe a R\$ 5,369 por tensão política e juro baixo

Moeda tem valorização de 2,07% frente ao real e atinge maior cotação do mês. Bolsa sobe 0,6%

GABRIEL MARTINS
gabriel.martins@globo.com.br

O dólar comercial atingiu ontem a maior cotação do mês, na esteira da prisão de Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro, e num processo de ajuste do valor da moeda frente ao corte de juro promovido na véspera pelo Banco Central.

A moeda americana encerrou os negócios valendo R\$ 5,369, a alta de 2,07%. Foi a maior cotação registrada desde 1º de junho. Namáxima do dia, a divisa chegou a ser vendida por R\$ 5,388.

— A prisão de Queiroz traz um tom de estresse para a cena política local, que já não vem calma nos últimos

dias. Isso acaba repercutindo no mercado, especialmente no câmbio — afirmou Maurício Pedrosa, gestor da Áfra Investimentos.

O Ibovespa, principal índice do mercado acionário brasileiro, subiu 0,6% aos 96.125 pontos.

As ações da Petrobras tiveram ganhos, refletindo o avanço da cotação do preço do barril de petróleo tipo Brent no mercado externo.

SENAI CETIQT 

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº C2 - 0001/2020

O SENAI - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INDÚSTRIA QUÍMICA E TÊXTIL torna pública para conhecimento de todos os interessados a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA Nº C2-001/2020 tipo "Menor Preço", em regime de empreitada por preço global, que trata da Contratação de uma empresa especializada para execução de reforma e adequação do prédio já edificado situado a Avenida Luis Carlos Prestes nº 230, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ.

DATA DA SESSÃO DE ABERTURA: 03/09/2020 - **HORÁRIO:** 10 horas

Esclarecimentos poderão ser obtidos através do e-mail provasenai@cetiqt.senai.br. O edital com todas as informações está à disposição, gratuitamente no site: <http://compras.cetiqt.senai.br>.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2020.

Rogério de Souza - Presidente da Comissão Especial de Licitação

Por uma falha operacional o anúncio publicado no jornal O Globo noticiário data 18/06/2020, saiu com erro na data de licitação



PIB de todos os estados do país vai encolher neste ano, prevê Santander

Maiores quedas serão nos mais atingidos pela pandemia, como Amazonas, São Paulo e Rio de Janeiro

Pedro Capetti

19/06/2020 - 04:30 / Atualizado em 19/06/2020 - 07:38

RIO - A [pandemia](#) do novo [coronavírus](#) fará com que a economia de todos os 27 estados brasileiros sofram retração este ano. A constatação faz parte de um estudo elaborado pelo Santander. Pelas projeções do banco, as maiores quedas serão nos estados mais atingidos pela pandemia, como Amazonas, com previsão de -9,8%, São Paulo, (-8,5%) e Rio de Janeiro (-7,9%).

O levantamento, comandado pelos economistas Lucas Nobrega Augusto e Noélly de Fátima, indica que o país terá uma queda de 6,4% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Eles partem da premissa de que a economia voltará a estar totalmente operacional apenas em setembro. Com isso, a possível [recuperação das perdas ocorreria apenas em 2021](#).

A contração estimada pelos economistas será menor nas regiões menos impactadas pela pandemia e com atividades econômicas menos sensíveis ao isolamento, como a agropecuária. O setor será o único [com crescimento econômico este ano](#). Segundo o Santander, o segmento vai crescer 2,9% e será o único a ter alta no ano.

Retração disseminada

Queda do PIB este ano não será completamente recuperada em 2021



Fonte: Santander

Estudo do Santander aponta queda em todos os estados brasileiros Foto: Arte O Globo

Exatamente em função da agropecuária, nas regiões Centro-Oeste e parte do Norte o encolhimento da economia será mais suave, -2,4% e -3,7%, respectivamente. No Nordeste, os

estados com maior participação da [indústria de transformação no PIB e menor peso da administração pública](#) terão as maiores quedas. É o caso da Bahia, Ceará e Pernambuco.

Por outro lado, Alagoas, Paraíba e Piauí, que contam com maior participação da administração pública e da agropecuária no PIB, devem encolher menos. Na região, a queda esperada 5,1% este ano.

— Haverá impacto direto da pandemia em todos os estados, mesmo aqueles com grande peso do agronegócio e da administração pública, como o Tocantins. Os estados são muito conectados. E uma queda forte acaba afetando todos os setores interligados — explica Augusto.

Peso do Sudeste

De acordo com o estudo, a região Sudeste [será o fiel da balança para uma queda maior ou menor](#) da economia do país.

A região, cuja contração é estimada em 7,8%, é responsável por mais de 50% de tudo o que é produzido no país. E foi a primeira a sentir os impactos da pandemia e das necessárias medidas de isolamento social.

— A taxa de contágio interfere nas estatísticas de crescimento. Os estados que precisam de medidas mais duras de isolamento acabam tendo um crescimento menor — observa Augusto.

Dados levantados pelo pesquisador Marcel Balassiano, da FGV/Ibre, ajudam a entender os efeitos das medidas de distanciamento social na economia. Os indicadores sinalizam uma pequena melhora em maio e junho, mas a expectativa é de uma retomada bastante lenta.

Em São Paulo, estado responsável por 30% de tudo o que é produzido no país, o setor de serviços registrou perda de 19,4% e o de varejistas encolheu 17,6% no acumulado de março e abril, na comparação com fevereiro. A indústria paulista, por sua vez, teve retração de 27%.

No Rio de Janeiro, enquanto o varejo terminou o ano com queda de 20%, a oferta de serviços, responsável por metade da produção do estado, encolheu 19,7% no segundo bimestre do ano, em relação ao período pré-pandemia. A economia fluminense está 11,9% menor do que no seu auge, segundo estudo de Balassiano.

Balassiano lembra que apenas Santa Catarina e Pará, recuperaram nos últimos anos todo o prejuízo da recessão do biênio 2015-2016. — Mesmo sem se recuperar totalmente da crise anterior, os estados entraram numa nova recessão. Ou seja, ao invés do gap diminuir, acabará aumentando — diz.

Para 2021, o Santander prevê alta de 4,4% no PIB do país, puxado pelo Sudeste, com 4,9%. Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste devem avançar 4,2%, 4%, 3,4% e 2,3%, respectivamente. Os bons números, diz Augusto, são explicados pela comparação com 2020, que terá resultado negativo.

Veículo: O Globo	Coluna: Economia
Data: 19/06/2020	



Senado aprova suspensão de pagamento de consignado por 120 dias

Parcelas suspensas terão de ser quitadas após esse período, sem juros ou multa. Medida ainda depende de aprovação da Câmara para entrar em vigor

Amanda Almeida

18/06/2020 - 20:55 / Atualizado em 19/06/2020 - 08:44

BRASÍLIA — O Senado aprovou, nesta quinta-feira, projeto que prevê a suspensão de pagamentos de empréstimos consignados para aposentados, pensionistas, funcionários públicos e do setor privado por 120 dias. A flexibilização deve-se às dificuldades impostas pela [pandemia](#) do novo [coronavírus](#). O texto segue para análise da Câmara dos Deputados.

O projeto prevê ainda que as prestações suspensas serão convertidas em prestações extras, com vencimentos em meses subsequentes à data da última prestação prevista para o financiamento. Não haverá incidência de multa, juros de mora, honorários advocatícios ou quaisquer outras cláusulas penais para as prestações suspensas.

O texto aprovado diz que, "no caso de decretação de calamidade pública em razão da emergência sanitária resultante da crise do coronavírus, ficam excepcionalmente suspensos, durante 120 dias, inclusive nos contratos firmados na vigência do estado de calamidade pública, os pagamentos das obrigações de operações de créditos consignados em benefícios previdenciários, bem como para servidores e empregados públicos e do setor privado, ativos e inativos".

A proposta é do senador Otto Alencar (PSD-BA). O relator Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) foi derrotado. Ele havia apresentado um parecer que, para os colegas, inviabilizaria o benefício a pensionistas e aposentados.

Pela proposta de Guimarães, que tinha apoio do governo, para conseguir suspender os pagamentos, seria necessário ter sofrido redução de salário ou suspensão de contrato de trabalho. Além disso, o período de suspensão seria mais curto, de 90 dias. O texto de Otto Alencar foi praticamente retomado por meio de uma emenda do PDT, aprovada por 47 votos a 17.

— Esse é um projeto de alto alcance social, Sr. Presidente. Sabe por quê? Porque os aposentados e pensionistas estão recebendo de volta nas suas casas os seus filhos que perderam emprego, os seus netos, e as dificuldades são muito grandes. Voltam para a casa do pai ou do avô para ali terem o seu local para viverem, para passarem esse período — disse Otto Alencar.

Aprovada na quarta-feira, a [medida provisória 936](#) (MP 936), que prevê a suspensão de contrato de trabalho e redução de jornada e de trabalho, traz dois artigos que preveem a repactuação de empréstimos consignado.

O projeto aprovado nesta quinta pelo Senado estende essa possibilidade para pensionistas e aposentados e prevê uma carência maior (120 dias). A MP prevê 90 dias.

Dificuldades

Em defesa de seu relatório, Oriovisto disse que a sanção do projeto como aprovado pelos colegas prejudicará cooperativas de crédito: — Os grandes bancos vão aguentar. Não há problema para eles, mas as cooperativas de crédito vão quebrar. As pequenas cooperativas vão quebrar.

Ele ainda argumentou que a medida prejudicará fundos de pensão: — Os próprios fundos de pensão, que usam parte desse dinheiro para complementar a aposentadoria das pessoas vão ter dificuldades. Vamos desorganizar a economia de uma forma brutal.

Para ele, a aprovação da emenda do PDT fará o texto estacionar na Câmara: — Provavelmente, sequer será colocado em votação.

Para acalmar investidores, equipe de Guedes planeja mais uma meta fiscal

Proposta prevê gatilho para redução da dívida, com venda de patrimônio e reservas internacionais

Julio Wiziack

BRASÍLIA A equipe de Paulo Guedes prepara um plano que será submetido ao ministro da Economia nas próximas semanas para definir mais uma âncora fiscal: o endividamento público.

Caso o chefe da Economia dê aval para a medida, será o terceiro parâmetro em que o governo definirá meta para mostrar ao mercado compromisso com uma política econômica ortodoxa. Hoje, existem metas para a inflação e para o resultado primário —que vem exibindo sucessivos déficits desde 2014.

A ideia dos assessores de Guedes é sinalizar aos investidores que o governo continua empenhado com o ajuste mesmo diante da pandemia, que já consumiu cerca de R\$ 400 bilhões em gastos extraordinários, o que deve ter um impacto fiscal elevado e jogar o endividamento público para 92% do PIB.

Isso significa que, se em janeiro de 2021, o país tivesse de quitar à vista toda a sua dívida bruta (que considera todas as obrigações do país no curto e longo prazos) gastaria quase tudo o que a economia brasileira gerou de riqueza no período de um ano.

A ideia é desenvolver mecanismos que estabeleçam gatilhos de redução da dívida a

partir do próximo ano.

Esses mecanismos seriam acionados a partir de eventos específicos. No primeiro ano, por exemplo, poderia ser definida uma redução de 1% da dívida gerada pela pandemia lastreada com venda de patrimônio público. O gru-

po de trabalho analisará qual seria a sistemática mais eficiente, mas a ideia inicial é definir graus de cortes, com reduções mais tímidas nos primeiros anos.

O maior abatimento, ainda segundo os técnicos, poderia sair da venda de parte das re-

servas internacionais em lan-

ces sucessivos e posteriores. No passado, projetos de lei no Congresso tentaram obrigar o Executivo a estabelecer metas de redução da dívida pública. O senador José Serra (PSDB-SP) foi autor de um deles, mas nenhum desses pro-

jetos prosperou.

Antes da pandemia, a projeção do endividamento era de cerca de 78% do PIB. Com o socorro financeiro do governo aos cidadãos mais necessitados, às empresas, estados e municípios, essa projeção bateu 92% do PIB na se-

mana passada, segundo auxiliares de Guedes.

No entanto, deve ultrapassar a "barreira psicológica" de 100% do PIB até o final deste ano porque não foram computados na estimativa a renovação da ajuda emergencial de R\$ 600.

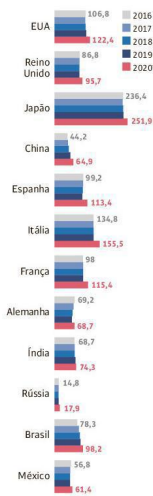
Também não constam a possibilidade de renovação da ajuda aos estados e municípios, tampouco o adiamento do recolhimento de tributos que, a princípio, deveriam ser pagos até o final deste ano.

Existe a chance de que sejam postergados até o primeiro trimestre de 2021, segundo assessores de Guedes.

Continua na pág. A14

Endividamento em alta

Evolução do endividamento
Em % do PIB



Gastos com o socorro à economia

Despesas, em % do PIB



5,8%

É quanto o Brasil já gastou em relação ao PIB em medidas de contenção de danos causados pelo coronavírus

*Projeção | Fonte: FMI, Columbia University e Ministério da Economia

Anúncio publicado em 2003.

Se escolher navegar os mares do sistema bancário, construa seu banco como construiu seu barco: sólido para enfrentar, com segurança, qualquer tempestade.

Jacob Safra

Élfico e Milton Gasser de, Filhos de Jacob Safra de, Banco e a segunda mulher Administrador de Família de Brasil.

Banco Safra

Tem gente enfrentando um mar bravo pela primeira vez. E tem o Safra, que há 175 anos mantém o barco navegando.

Para cuidar dos seus investimentos, procure a experiência dos verdadeiros especialistas.

Invista como um especialista.
Invista Safra.



Central de Atendimento Safra: 0300-105-1234 (de segunda a sexta-feira, das 8h às 21h30, exceto feriados). Atendimento a Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e de Fala/SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800-772-9765 (atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana). Ouvidoria, caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito(s): 0800-770-1236 (de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, exceto feriados). Acesse www.safra.com.br

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antônio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cencuener Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinícius Mota, Antônio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Alívio à vista

Recuo na taxa de contágio é boa notícia, mas não autoriza ainda relaxamento com o coronavírus

Em meio a tantas más notícias sobre a pandemia de Covid-19, a informação de que a taxa de contágio vem caindo no Brasil surge como raro alívio. O cálculo, realizado pelo Imperial College de Londres, indica que o importante indicador epidemiológico recuou por três semanas em sequência.

Esse número, conhecido como Rt, indica a velocidade com que a doença avança na população. No momento, o valor estaria em 1,05 no país, o que equivale a dizer que 100 infectados transmitem o coronavírus para outros 105 pessoas, estas para 110,25, e assim por diante.

Na semana anterior, a cifra era ligeiramente maior, 1,08; no final de abril, desenfreados 2,8. A aproximação daquele limiar que separa a transmissão fora de controle da epidemia em regressão sugere que a doença se encontra perto de alcançar um patamar a partir do qual poderia começar a retroceder —vale dizer, Rt abaixo de 1.

Quantidades decrescentes de novas infecções e mortes diárias não são faves contadas, porém. A suspensão abrupta do distanciamento social, como parece ocorrer em vários pontos do território, pode bem manter nos seus planos elevando ou até desencadear uma segunda onda do flagelo que já apanhou quase um milhão de brasileiros e deixou mais de 47 mil mortos.

Tomase o exemplo do estado de São Paulo, foco principal da epidemia com 22% dos casos e 25% dos

óbitos confirmados no país. A melhora em alguns parâmetros adotados pela administração de João Dória (PSDB) levou-a a iniciar um afrouxamento regionalizado da quarentena que alguns especialistas consideram precipitado.

Após celebrar na segunda-feira (15) a primeira queda no total semanal de óbitos —em realidade, um recuo de apenas três mortes, de 1.526, registrados de 31 de maio a 6 de junho, para 1.523, de 7 a 13 de junho—, o governo paulista viu o recorde de fatalidades registradas ser superado na terça (305 falecimentos) e na quarta (389).

Em paralelo, multiplicavam-se as aglomerações de pessoas com a abertura de centros de compras na capital e na Grande São Paulo. Não será surpresa se a taxa de contaminação voltar a sair de controle na região metropolitana, deixando assim de compensar a progressão em curso no interior.

Os próprios dados à disposição de governadores e prefeitos para fundamentar medidas contra a Covid-19 são, de resto, precários. A subnotificação é enorme, e a quantidade de testes realizados, uma das mais baixas no mundo. Em pelo menos seis estados ainda preocupa o nível de lotação de UTIs, acima de 80%.

Nessas condições, a saída atabalhoada de quarentenas já precariamente cumpridas arrisca lançar o país numa nova espiral de infecções e mortes pelo coronavírus.

Poço profundo

Embora o pior da retração econômica pareça ter se dado em abril, caminho de volta ainda é incerto

Tal como se observa no resto do mundo, é possível que o pior momento para a economia do Brasil tenha ficado para trás.

O tombo da atividade em abril, auge das restrições e quarentenas contra o coronavírus, chegou a abissais 9,7% ante o mês anterior, segundo o cálculo do Banco Central. Na comparação com o mês correspondente do ano passado, a retração ficou em 15,1%.

O caminho da volta será longo e acidentado. Mesmo com uma melhora inicial consistente, como dados preliminares de maio e junho indicam, o Produto Interno Bruto terminará o ano em queda de 6,5%, segundo o ponto médio das projeções coletadas pelo BC.

Certamente há um efeito de descompressão de curto prazo, até pela preservação de renda que mal ou bem foi conseguida com o auxílio emergencial de R\$ 600 mensais e outros mecanismos de apoio. Algum aumento de consumo parece provável, mesmo com maior precariedade do emprego.

Entretanto a recuperação do terreno perdido é incerta. O cenário mais otimista parte do pressuposto de que não houve perda de capacidade produtiva e nada mais impedirá a volta ao normal. Nes-

se caso, até o final de 2021 ou um pouco além, a economia retornaria a dinâmica anterior.

A hipótese mais sombria contempla efeitos mais persistentes da crise, no setor privado e nas contas do governo. De fato, será necessário lidar com um endividamento público mais alto e com os desdobramentos da recessão.

É plausível que haja maior propensão das famílias à poupança, em razão do desemprego, e menor disposição das empresas para investir num quadro de ampla ociosidade, além da falta de recursos para obras governamentais. Tudo isso impediria uma aceleração e alongaria o prazo para o retorno ao nível de atividade pré-crise.

Nem mesmo esse retorno seria satisfatório, cabe dizer. Afinal, mesmo antes da pandemia, o PIB medido no ano passado permanecia 3% abaixo do observado antes das retrações de 2015 e 2016. A estagnação vem de antes e agora ameaça tornar ainda mais dramática.

As incertezas econômicas somadas a uma turbulência política sempre estimulada pelo presidente Jair Bolsonaro —impedindo que se vislumbre uma agenda clara de reconstrução e minando a confiança de empresários e consumidores,



Bolsonaro encurralado

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO O home office funciona melhor no Judiciário do que no Legislativo. São os procuradores e juizes, e não os parlamentares, que estão se constituindo como vetor de resistência ao bolsonarismo.

A prisão de Fabrício Queiroz coloca ainda mais pressão sobre o clã presidencial. Os procuradores tiveram o cuidado de pedir também a prisão preventiva da mulher do ex-assessor, o que eleva as chances de ele entregar o jogo em vez de assumir sozinho a culpa por eventuais crimes cometidos pela primeira família.

O fato de Queiroz ter sido encontrado em propriedade do advogado dos Bolsonaro's tampouco ajuda. Não é ilegal dar guarida a alguém que não era procurado pela Justiça, mas faz-lo desmonta a narrativa de que o ex-assessor agira sozinho e estava rompido com o clã. Não que alguém um dia tivesse acreditado nisso, mas não se apanhou na mentira.

E a investigação sobre as "rachadinhas" é só uma das frentes abertas no Judiciário. Nos últimos dias,

registraram-se avanços nos inquéritos das fake news e dos atos antidemocráticos, bem como no processo eleitoral que corre no TSE.

Confesso que não ficarei chateado se alguma dessas iniciativas resultar na cassação de Jair Bolsonaro, mas penso que o melhor remédio para suas transgressões ainda é o impeachment. Não que não existam infrações penais ordinárias que o presidente não deva responder por elas, mas, se é lícito estabelecer uma hierarquia delitual, os crimes religiosos de diferentes tradições, Jonathan Sacks, ex-rabino chefe da Inglaterra, retoma alguns deles, inclusive o de que tempos obscuros nos permitem ver com mais clareza a chama das velas.

A analogia é com Al Capone. Não podemos afirmar que sua prisão por sonegação fiscal tenha sido injusta, mas não há dúvida de que teria sido mais didático se ele tivesse sido condenado por algum dos muitos assassinatos que ordenou.

heio@uol.com.br

O fantasma da roubalheira

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Por algum tempo, Jair Bolsonaro tentou se distanciar dos roles de Fabrício Queiroz. Quando foi revelado o esquema de confisco de salários num dos gabinetes do clã, o presidente disse que o fiel alado era quem deveria responder. "Não tenho nada a ver com essa história", afirmou, assim que assumiu o cargo.

Não deu para disfarçar. A prisão do ex-policia numa casa ligada ao advogado Frederick Wassef sugere que o amigo de Bolsonaro estava sob a guarda da família. O doutor não era apenas um representante legal de Flávio. Ele frequentava o Palácio da Alvorada e circulava como homem de confiança do presidente.

Já Bolsonaro e Queiroz se conhecem há mais de 30 anos. Embora o clã tenha negado contatos com o ex-assessor, os acontecimentos mais recentes oferecem indícios de que essa conexão jamais foi desfeita. Nessas circunstâncias, o avanço das investigações se torna uma ameaça.

O Planalto anda acudado por aparções sobre o financiamento de uma rede de informações falsas e

pelo cerco a alguns de seus apoiadores mais radicais, mas o fantasma do caso Queiroz representa uma asombração política especial.

A exploração de fake news e os ataques às instituições democráticas podem complicar Bolsonaro juridicamente, mas ainda servem como ferramentas para energizar e aglutinar sua base mais leal. Assuapitados de desvio de dinheiro público no esquema da rachadinha, por outro lado, pode ter força para desgastá-lo também dentro desse grupo.

Para um presidente que pegou carona na irritação generalizada com a classe política, o espectro da roubalheira tem potencial para provocar danos cruciais. Antes de tomar posse, o próprio Bolsonaro desenhava: "Se algo estiver errado comigo, com meu filho, com o Queiroz, que paguemos a conta. Dói no coração da gente? Dói, porque nossa maior bandeira é o combate à corrupção".

Queiroz ressurgiu e revirou métodos típicos dos políticos do baixo clero. Resta saber se o caso também atingirá o gabinete presidencial.

A chegada do cometa

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO A coluna de hoje não é recomendada para leitura no cama de manhã. Seu assunto é o ânus de Jair Bolsonaro e os desarranjos de seu governo. Desculpe o calo intestinal, mas faz parte da linguagem com que, pela primeira vez no Brasil, um presidente da República passou a se expressar.

O leitor se lembra. Pouco depois de sua posse, Bolsonaro confessou ter feito xixi na cama até os cinco anos de idade. Por algum motivo, disse também que o brasileiro não sabia lavar o pênis com água e sabão e, num arroubo de modestia, declarou para uma plateia extasiada que continuava "na ativa sem aditivos". Dias depois, no Carnaval, protagonista e extraordinário episódio do gol-den shower, postando um vídeo em que dois rapazes se urinavam. Com essa fixação fática e urinária de Bolsonaro, só a diplomacia explica que os outros chefes de Estado continuassem lhe apertando a mão.

Mas Bolsonaro, para quem "porra" é vírgula, evoluiu —levou seu gover-

no à fase fecal e anal. Na inesquecível reunião ministerial de abril, chamou dois governadores e um prefeito de "bostas" e, referindo-se aos processos movidos pelo STF, alertou: "O que esses caras querem é a nossa hemorragia!". Como não se sabia que o presidente sofriria de dilatação venosa em região tão delicada, ficou ainda mais dolorosa a recente afronta a ele dirigida por seu mentor Olavo de Carvalho, que, defecando para uma condecoração com que Bolsonaro o distinguiu, mandou-o "enfiar a condecoração no *". Foi a ordem mais chocante dirigida até hoje a um presidente no Brasil e, pelo silêncio presidencial como resposta, não se sabe se foi cumprida.

Agora, com a prisão de Fabrício Queiroz, volta à tona a desesperada advertência do velho amigo ao chefe que parecia tê-lo abandonado: "O Ministério Público tem uma pica do tamanho de um cometa pra entrar na gente!"

Decididamente, este é um governo para entrar nos anais.

Ecuridão e luz

Claudia Costin

Diretora do Centro de Escólicação e Inovação em Políticas Educacionais, da FGV. Escreve às sextas

Ao lidarmos com a triste consciência de que vivemos uma crise multifacetada que, de certa maneira, obscurece o entendimento das agendas mais urgentes para o país, vêm à minha memória as referências à escuridão e à luz em textos religiosos de diferentes tradições. Jonathan Sacks, ex-rabino chefe da Inglaterra, retoma alguns deles, inclusive o de que tempos obscuros nos permitem ver com mais clareza a chama das velas.

A luz pode, é claro, ser trazida a partir de uma leitura mística ou, alternativamente, com o belo ou o justo tentando sobreviver em meio a uma realidade que tudo enfeia. Mesmo em crises profundas houve quem resistiu ao espírito de época ou à depressão instalada e se empenhou por remear contra a corrente.

Isso me faz lembrar de um pequeno movimento, em plena Alemanha nazista, a que já fiz menção nesta coluna, chamado Rosa Branca (Weisse Rose). Trata-se de um grupo de estudantes universitários que se mobilizaram contra Hitler, a partir de junho de 1942, depositando em caixas de correio de grandes cidades do sul da Alemanha, panfletos contra o nazismo. Os panfletos condenavam a passividade da sociedade alemã e faziam apelos para que as pessoas resistissem. Foram executados em 1943, mas tiveram algum sucesso em criar grupos de resistência ao nazismo em várias partes da Alemanha. Os nomes de alguns deles ficaram registrados nas páginas da história.

Guardadas as proporções, contamos hoje também com "rosas brancas", que trazem um pouco de luz em tempos macabros. Gente que não se deixa dominar pelo ódio instalado e ainda é capaz de empatia, que combate pelo exemplo. São pessoas que se organizam para distribuir alimentos, apoiar os profissionais de saúde ou ajudar a distribuir roteiros de estudo e chips para celulares para alunos sem acesso à internet.

Mas há também os que, em diferentes campos de atuação, se mobilizam para defender nossos frágeis institutos assegurando direitos, inclusive o direito à educação de qualidade para todos, o que demanda financiamento adequado —leio-se um novo Fundeb— e pressupõe a formulação de políticas públicas competentes, e não bravatas ou palavras de ordem.

A saudar, neste sentido, o protagonismo das instituições que congregam secretários de Educação de estados e municípios, governados por partidos diferentes, mas cujos de sua tarefa de garantir que, mesmo em condições desafiadoras, distantes da escola e sem a necessária coordenação nacional, todos aprendam. Mais ainda, são luz na escuridão todos aqueles que dizem, aos que os nos põem em risco de ver perpetuada a crise e o ódio, "No passarão!".

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Capacete

O Ministério Público do Trabalho finalizou nesta quinta-feira (18) os detalhes de uma campanha sobre o impacto do coronavírus na vida dos entregadores de aplicativos de delivery. A ideia, segundo a expectativa do órgão, é fomentar o debate sobre a sustentabilidade da profissão, que ganhou luz na quarentena. O projeto, que tem cinco filmes e fala do risco de contaminação dos motoboys, chega na esteira do movimento de boicote aos apps organizado pelos entregadores.

CONTÁGIO Os vídeos reúnem relatos de ciclistas e motoboys que passaram a trabalhar com os aplicativos depois de perderem o emprego com a carteira assinada. Eles falam do medo de contrair a doença e contam a história de famílias com quem dividem moradia e que pertencem aos grupos de risco do coronavírus.

GARUPA Também se queixam da remuneração oferecida pelas donas dos apps e dizem que o excesso de oferta de mão de obra no ramo aumentou a concorrência e escasseou as corridas.

PISTA Os vídeos foram filmados em parceria com a Unicamp e o UNEPA (Fundo de População das Nações Unidas) e começam a circular nesta sexta (19), no mesmo dia em que o MPT terá audiências de tentativas de conciliação com algumas das maiores empresas de delivery sob as medidas de proteção dos entregadores contra a Covid-19.

ENGARRAFAMENTO Quem atua no projeto diz acreditar que o novo debate sobre a categoria pode resgatar a questão do vínculo de emprego tratada em ações ajuizadas ao longo dos últimos dois anos.

TUÍO A convenção coletiva assinada nesta semana na construção civil entre o Sinfracon-SP (sindicato dos trabalhadores) e o Sinduscon-SP (sindicato patronal) instituiu um fórum permanente de negociação para solucionar eventuais problemas no cumprimento do que foi disposto antes de levar a questão à Justiça do Trabalho.

CIMENTO Considerado essencial da crise gerada pela pandemia, o cimento adaptou medidas de higiene para não parar na quarentena e contornou uma ameaça de greve nesta semana.

VIGIA O número de operários mortos pela Covid-19 na construção civil de São Paulo chegou a 39, de acordo com dados do sindicato dos trabalhadores, segundo a entidade patronal, numa pesquisa feita de 4 a 10 de junho entre 31 empresas com mais de 20 mil empregados aponta que 1% deles foram afetados por confirmação da doença.

com Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS

Junho, em % ao mês

Mínimo Máximo

6,00 8,00 3,89 7,89

Cheque especial Emprestimo pessoal

Fonte: Inpec-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência maio*

Autônomo, empregador e fiscalizante

Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209

Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado

Até R\$ 1.045 7,5%

De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,50 9%

De R\$ 2.089,51 a R\$ 3.134,40 12%

De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%

*O prazo da competência de maio foi adiado para outubro para empresas e pessoas físicas, venceu em 15 jun

SACOLA Na esteira de uma mudança profunda no cenário de seus negócios na pandemia, a administradora de shoppings Multiplan vai expandir o seu aplicativo de delivery.

CASA Nesta quinta (18), a empresa lançou seu app no Barra Shopping Sul, em Porto Alegre. Batizado de Multi, o aplicativo tem um marketplace e outros serviços para que seus clientes compreendam as lojas do shopping com entrega dentro de duas horas em endereços até seis quilômetros distantes.

PACOTE O Barra Shopping Sul seria a quinta unidade da Multiplan a lançar o serviço, que já é usado no Barra Shopping, no Rio, e nos shoppings Morumbi, Anália Franco e Vila Olímpia, em São Paulo. Ele funciona em parceria com uma startup de delivery, da qual a Multiplan é sócia, e triplicou as entregas de fevereiro e maio.

BOLSA Os resultados de 2019 divulgados pela grife francesa Chanel, com receita de US\$ 12,3 bilhões, 13% acima de 2018, devem ficar só como uma boa lembrança neste ano.

JOIA Mesmo com a reabertura de 85% de suas 417 butiques no mundo, restam lojas fechadas para evitar o contágio da Covid-19 em mercados importantes nos EUA, na Rússia e na América Latina. A devastação da pandemia no setor aéreo e outra preocupação para o segmento de luxo, que tem nos aeroportos cerca de um quinto de suas receitas.

PERFUME O impacto do coronavírus sobre o mercado chinês também deve refletir nas grifes de luxo por algum tempo. Em 2019, a Ásia foi a maior região de vendas da Chanel pelo segundo ano consecutivo, gerando 44% da receita, ante 37% na Europa e 19% nos continentes americanos.

LENTE No meio da pandemia, o vice-presidente da Nestlé, Magdi Batato, alocado na Suíça, quis ver a fábrica de Caca-pava (SP), nesta terça (16), para checar a produção do KitKat, inaugurada neste ano. Sem poder ir até lá, usou óculos de realidade virtual e teve a visão de um operador da fábrica que faz manutenção remota na linha do chocolate.

Para acalmar investidores, equipe de Guedes planeja mais uma meta fiscal

Continuação da pág. A13

Para conseguir apoio à proposta, a equipe econômica pretende envolver representantes de outros Poderes nesse grupo de trabalho, como especialistas em contas públicas da Câmara dos Deputados e do Senado e do TCU (Tribunal de Contas da União).

O Banco Central também participaria dos debates comandados pelo Ministério da Economia.

Na semana passada, o ministro do TCU Bruno Dantas, relator das contas do ano passado do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), chegou a recomendar que Paulo Guedes adotasse alguma medida de gestão da dívida pública.

A blindagem foi necessária porque na crise não dá para controlar gastos. Mas isso não pode ser pretexto para gastos desenfreados na retomada. Senão, pagaremos uma elevada 'fatura Brasil', disse Dantas durante o julgamento do balanço da União, e alertas.

O ministro do TCU se referia às despesas extraordinárias para tentar conter os danos da pandemia devido ao isolamento social.

O Congresso deu autorização para esses gastos não fossem contabilizados para efeito de cumprimento do teto de gastos ou da regra

de ouro — ambos parâmetros fiscais adotados pelo governo federal, além da meta de resultado primário.

O teto de gastos é um mecanismo que trava o crescimento das despesas à inflação do ano anterior. Já a regra de ouro impede que o governo emita títulos públicos para pagar despesas correntes.

O problema da expansão do endividamento público, no entanto, não é só do Brasil. Dados do Fundo Monetário Internacional indicam que o mundo avança para uma crise global gerada pelo aumento da dívida dos países.

EUA e China lideram esse movimento, mas possuem economias que, segundo os analistas, permitem suportar essa pressão. Em 1997, o aumento da dívida global provocou uma desvalorização abrupta das moedas do sudeste asiático, deflagrando uma crise de dívida pelas agências de risco, como S&P e Fitch Ratings, quando o indicador de endividamento supera 80% do PIB. Nesse patamar, os países passam a ser analisados

por analistas financeiros que calculam o risco dos países e de que possa haver uma crise similar especialmente em países em desenvolvimento.

Uma espécie de alarme de incêndio é ativado pelas agências de risco, como S&P e Fitch Ratings, quando o indicador de endividamento supera 80% do PIB. Nesse patamar, os países passam a ser analisados

“

A blindagem foi necessária porque na crise não dá para controlar gastos. Mas isso não pode ser pretexto para gastos desenfreados na retomada. Senão, pagaremos uma elevada 'fatura Brasil'

Bruno Dantas ministro do TCU, na semana passada

com mais atenção para que os investidores possam ter alguma certeza da capacidade de pagamento dos compromissos assumidos pelo país.

No Brasil, diante dos sintomas de depressão (quando a economia dá sinais de paralisia por meses consecutivos), os analistas de bancos de investimentos consideram que uma dívida acima de 100% do PIB é insustentável. Ou seja, o país poderia ser rebaixado ainda mais, afastando investidores.

Economias mais maduras, como a dos EUA e Japão, costumam operar com esse indicador acima de 100%, mas crescem muito.

Em uma análise recente, a S&P considerou que o Brasil pode atingir um nível descontrolado de endividamento sem que haja clareza sobre a retomada do crescimento da economia.

A Fitch Ratings considerou ainda a instabilidade política como fator de degradação do risco do país.

Por isso, Paulo Guedes vem insistindo tanto no discurso das reformas assim que a crise arrefecer.

O ministro da Economia está preocupado porque sabe que terá de gastar ainda mais até o final deste ano e, em outra, precisa sinalizar ao mercado que está empenhado na agenda de reformas e controle de gastos.

Com pandemia, criação de empresas perde força e cai quase 30% em abril

Fechamento de empreendimentos no país, em sentido oposto ao esperado, teve queda de 41% no mesmo período

Larissa Garcia

BRASÍLIA Como consequência da crise gerada pela pandemia de coronavírus, o fluxo de abertura de empresas caiu 29,5% em abril, em comparação ao mesmo mês de 2019. Em sentido oposto ao esperado, o fechamento de empresas foi menor em abril, com queda de 41,1% de encerramentos formais em comparação ao mesmo mês do ano passado.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (18) pelo Ministério da Economia.

"O encerramento formal de empreendimentos é a última etapa no ciclo de vida de um empreendedor, então ele vai adotar uma série de medidas econômicas e de combate aos impactos até que tenha a capacidade de reaquecer esse negócio. Caso não seja viável, ele recorre ao fechamento formal do seu negócio, o encerramento do seu sonho", disse o secretário de Governo Digital, Luis Felipe Monteiro.

O secretário-adjunto de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Gleisson Rubin, esclareceu que o isolamento social também pode ter prejudicado o encerramento formal das empresas.

"Uma das razões possíveis é a menor circulação de pessoas e, consequentemente, menor fluxo de deslocamento até as juntas comerciais", afirmou. "Além disso, há o efeito da postergação da decisão de fechar seu empreendimento em face das medidas de socorro do governo."

Entre abril e março, foram abertas 189 mil empresas, e 39,6 mil foram fechadas. O saldo foi positivo em 132,2 mil empreendimentos.

De acordo com o estudo, no primeiro quadrimestre do

ano, foram abertas 1,03 milhão de empresas, o que representa um aumento de 12% em relação ao último quadrimestre de 2019 e queda de 1,1% quando comparado com mesmo período de 2019.

Em contrapartida, foram fechadas 351,8 mil empresas, queda de 6,6% em relação ao último quadrimestre de 2019 e de 12% ao período no ano anterior. O saldo dos primeiros quatro meses do ano foi positivo em 686,8 mil empresas. Até abril eram 18,4 milhões de empreendimentos ativos.

São Paulo é o estado com o maior número de empresas, com 5,2 milhões. Em seguida vêm Minas Gerais, com quase 2 milhões, e Rio de Janeiro com 1,7 milhão. Os três estados representam 81% dos empreendimentos ativos no país, segundo Monteiro.

São Paulo, estado mais afetado pela pandemia, também registrou o maior número de empresas fechadas, 97 mil, no primeiro quadrimestre.

As atividades que mais tiveram empresas abertas foram de cabeleleiro, manicure e pedicure (55,9 mil), comércio varejista de vestuário e acessórios (51 mil), promoção de vendas (43,2 mil) e obras de alvenaria (36,7 mil).

"Importante destacar a tendência à abertura de cada vez mais empresas que exercem atividades que estão dispensadas de alvarás e licenças, em razão da aplicação da Lei de Liberdade Econômica", ressaltou o estudo.

Entre as empresas fechadas, o comércio varejista de vestuário e acessórios aparece em primeiro lugar (46,6 mil), seguido de promoção de vendas (12,8 mil) e cabeleleiros, manicure e pedicure (10,6 mil). De acordo com o documen-

“

O encerramento formal de empreendimentos é a última etapa no ciclo de vida de um empreendedor, então ele vai adotar uma série de medidas econômicas e de combate aos impactos até que tenha a capacidade de reaquecer esse negócio. Caso não seja viável, ele recorre ao fechamento formal do seu negócio, o encerramento do seu sonho"

Luis Felipe Monteiro secretário de Governo Digital

to, a inclusão dos motoristas de aplicativos no rol de atividades permitidas ao Microempreendedor Individual fez com que a atividade crescesse 1.907,5% em relação ao primeiro quadrimestre de 2019.

Atividade econômica despenca quase 10%, aponta Banco Central

BRASÍLIA A crise gerada pela pandemia fez com que a atividade econômica brasileira despencasse 9,73% em abril, segundo o indicador IBC-Br do Banco Central divulgado nesta quinta-feira (18).

Em relação a abril de 2019, a queda chegou a dois dígitos, com 15,29% de contração. O índice registra queda pelo segundo mês seguido. Em março, houve redução de 5,90% no setor produtivo.

O número foi calculado em ajuste sazonal (que remove particularidades do período, como número de dias úteis) para facilitar a comparação com outros meses.

Nos primeiros quatro meses do ano, houve retração de 4,15% na atividade. Já no acumulado dos últimos 12 meses, o índice queda de 0,52%.

Na segunda quinzena de março começaram a ser impostas restrições para tentar conter a pandemia. Abril foi o primeiro mês fechado com as pessoas em casa e com atividades paralisadas.

O IBC-Br mede a atividade econômica do país e é divulgado desde março de 2010. Ele foi criado para auxiliar em decisões de política monetária, já que não existe outro dado mensal de desempenho do setor produtivo. LG

coronavírus mercado

Retomada deve incluir Proposta de desoneração da folha tenta igualar contribuições e benefícios

soneração do salário acima do teto de contribuição e não aumentar o IR, afirma Appy.

reforma sobre renda e folha de pagamento

Secretário da Receita fala em desonerar folha e reduzir benefícios fiscais para estimular recuperação de empregos

Eduardo Cuello

SÃO PAULO A pandemia do novo coronavírus mudou o eixo de discussão da reforma tributária. Antes muito dirigida às mudanças na composição de impostos sobre o consumo, agora ganham espaço propostas que tratam da tributação sobre a renda.

O secretário especial da Receita, José Tostes Neto, afirmou na segunda (15) que o governo quer promover uma desoneração da folha de pagamento para estimular a recuperação de empregos após a crise e que a redução de benefícios fiscais ou revisão de alíquotas de outros tributos podem dar suporte à medida.

A revisão de encargos sobre a folha das empresas viria para estimular a formalização do emprego, ressaltou ele.

Em relação à renda, Tostes pontuou que a ideia, para pessoas físicas, é que haja reformulação rumo a maior progressividade, com mudanças na estrutura da tabela de Imposto de Renda e no conjunto de deduções e abatimentos que são hoje possíveis.

Já para as pessoas jurídicas, Tostes disse que o governo não tem uma revisão na forma de apuração no lucro real.

"Hoje existem conjuntos de mais de 300 adições e exclu-

sões na apuração do lucro real que tornam esse processo bastante complexo", afirmou, em debate online promovido no Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais.

A formulação de alternativas também mobiliza especialistas que tentam contribuir com a reforma tributária. O CGIF (Centro de Cidadania Fiscal) elaborou uma proposta de desoneração da folha que reduz o custo de contratação em todas as faixas de salário e coloca as contribuições praticamente no mesmo nível dos benefícios gerados.

O impacto total é estimado em R\$ 153 bilhões (cerca de 2% do PIB). As mudanças visam incentivar a formalização e reduzir a "pejotização".

A instituição propõe ampliar a progressividade do IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física) para financiar a desoneração e tratar toda a renda do trabalho de forma isonômica, com mudanças em regimes de tributação como o Simples.

O modelo permite ainda combinar essas medidas com a criação de um programa de renda básica universal.

Comandado pelo economista Bernard Appy, o CGIF foi responsável pela proposta de reforma tributária do consumo que tramita na Câmara.

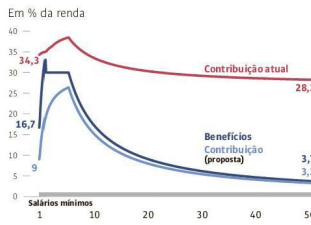
"A gente propõe eliminar a tributação da renda que resulta em contribuições maiores que os benefícios para todo mundo. Em cima disso muda-se a tabela do IRPF", diz Appy.

A mudança com maior impacto financeiro (R\$ 75 bilhões) prevê alíquotas de 9% sobre o primeiro salário mínimo da renda de todos trabalhadores e de 30% para os valores acima disso —abrangendo o necessário para financiar benefícios de risco, como auxílio-doença, mais benefícios programáveis (aposentadoria e pensão por morte).

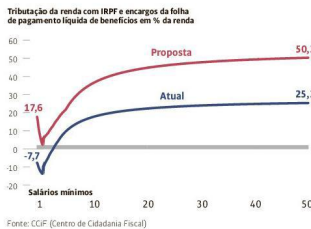
Em relação ao financiamento, Appy diz que seria necessário rever, por exemplo, benefícios fiscais de pessoas físicas e jurídicas e tributos patrimoniais. Somente as deduções do IRPF representam R\$ 50 bilhões por ano.

Com impacto de mais R\$ 40 bilhões por ano, o CGIF propõe também eliminar a contribuição patronal sobre a parcela que excede o teto do salário de contribuição. A medida deve vir acompanhada do aumento da alíquota máxima do IRPF, que hoje é de 27,5% e se aplica à faixa salarial acima de R\$ 4.664,68.

Uma terceira proposta é eliminar contribuições não previdenciárias sobre a folha (como Sistema S e salário-edu-



Com nova proposta, para salários até 3,7 mínimos (R\$ 3.867), benefícios superam tributação e encargo na folha de pagamento



Fonte: CGIF (Centro de Cidadania Fiscal)

cação), com impacto estimado em R\$ 38 bilhões por ano.

Hoje, as contribuições variam de 34% a 38% (custo para empregados e empregadores) para quem ganha até seis salários mínimos. O valor do benefício para essas pessoas varia de 17% a 30% da renda.

As alíquotas efetivas propostas variam de 9% a 26% na faixa até seis mínimos.

Em relação às pessoas com renda acima de seis mínimos, o percentual de contribuições,

atualmente, começa em quase 40% e cai gradativamente para cerca de 30%. Pela proposta, a nova alíquota efetiva começaria em 26% e cairia para menos de 4% na faixa da renda mais alta utilizada no estudo (50 salários mínimos), percentuais praticamente iguais aos benefícios recebidos hoje.

Para compensar a regressividade da medida (alíquotas menores para salários maiores), haveria aumento no IR. "Não faz sentido fazer a de-

no mesmo tempo, criar uma alíquota extra de IR sem rever a tributação da folha e regimes como o Simples criada mais incentivos à "pejotização".

Appy afirma que, nesse novo modelo, os benefícios financiados com a tributação da folha ficam ligeiramente acima das alíquotas de contribuição, principalmente para os menores remunerados.

Essa diferença seria zerada, ou seja, os percentuais seriam iguais, caso seja criada uma renda básica do idoso de um salário mínimo.

A instituição também sugere, como alternativa, uma renda básica universal. Trabalhadores informais declarariam sua renda e a contribuição incidente sobre o valor declarado seria deduzida da renda básica. "Você cria um incentivo para que, na prática, todo brasileiro se formalize em relação à Previdência".

Considerando as alíquotas de 9% até um salário mínimo e 30% a partir desse valor, seria possível pagar um benefício para pessoas com renda até R\$ 1.400, no caso de um benefício máximo hipotético limitado a R\$ 200 (para pessoas com renda zero).

O Ministério da Economia planeja desoneração temporária de tributos sobre salários para estimular contratações após o pico do coronavírus, mas ainda não apresentou proposta, financiada por um imposto sobre transações digitais, semelhante à antiga CPME. Appy afirma que é melhor desonerar a folha corrigindo outras distorções.

Questionado sobre as chances de a proposta do CGIF ser incorporada aos projetos de reforma tributária que tramitam no Congresso, Appy diz: "A decisão do que pode ou não ser aproveitado é política".

Com Reuters

Proposta de Piketty traz novo debate, afirmam especialistas

Thais Carranza

SÃO PAULO Uma proposta de reforma tributária global, apresentada nesta semana por um grupo de economistas renomados, reacende no Brasil o debate sobre qual será o papel da reforma tributária local na reconstrução da economia após a pandemia e na promoção de uma maior justiça fiscal.

Com nomes de peso como os americanos Joseph Stiglitz e Gabriel Zucman, o francês Thomas Piketty, a indiana Jayati Ghosh e o colombiano José Antonio Ocampo, o documento lançado nesta segunda (15) tem como foco a necessidade de coordenação entre países para que multinacionais não consigam deslocar seus lucros para locais de baixa tributação.

O objetivo é ampliar a arrecadação pelos países, num momento em que crescem as despesas públicas com saúde, medidas de proteção social e resgate de empresas.

Entre as sugestões do ICRIT (Comissão Independente para a Reforma da Tributação Internacional de Empresas, em tradução livre), estão um aumento da tributação de grandes empresas em setores oligopolizados e com taxas de retorno consideradas excessivas; uma taxa mínima global de 25% sobre as companhias para evitar que elas busquem países de menor tributação; a taxação progressiva de serviços digitais; e maior transparência nos resultados das multinacionais nos diferentes países e nas fortunas mantidas fora de seus locais de origem.

Especialistas brasileiros em tributação questionam a viabilidade das propostas, diante do pesado esforço multilateral necessário para colocá-las em prática. E levantam dúvidas sobre a relevân-

cia da agenda para países em desenvolvimento. No entanto, avaliam que o debate sobre um sistema tributário mais justo no pós-pandemia coloca em xeque a atualidade da reforma tributária brasileira que vinha sendo discutida antes do agravamento da crise.

"A ideia de uma alíquota internacional mínima de 25% tem chance praticamente nula de vingar", avalia Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCIF). "Exigiria uma coordenação internacional que hoje não existe".

Para José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), a ideia de aumentar impostos sobre as empresas nesse momento parece pouco adequada

para emergentes.

"Mas do que nunca o Brasil, como muitos emergentes, necessita desesperadamente de investimentos. Por ideologia, o governo quer que eles sejam privados, sempre que possível. Para tanto, não se pode adotar medidas que aumentem a tributação de investimentos e de investidores."

Thiane Piscitelli, professora de direito tributário e finanças públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), tem uma visão distinta e acredita que a ideia de uma alíquota internacional mínima de 25% é parte de uma mudança de perspectiva trazida pela pandemia que deve se refletir também na discussão da reforma brasileira.

"A crise muda a lente das coi-

sas, olhando para o Brasil, temos uma reforma ainda focada na tributação do consumo e pouca discussão sobre tributação da renda. Talvez quando essa crise passar, também mudaremos essa lente, rumo a uma tributação mais justa."

Appy, idealizador da proposta de reforma tributária que tramita na Câmara (PEC 45), tem visão semelhante. "A reforma tributária no Brasil tem como base a tributação de bens e serviços, foco principal da PEC 45 e da PEC 110 no Senado", lembra.

"Já havia alguma demanda de parlamentares para ampliar o escopo da discussão para incluir também tributação da renda, do patrimônio e da folha de salários", afirma.

"Com a pandemia, a pressão para incluir esses temas aumentou. Para ter uma reforma focada não apenas no aumento da eficiência econômica, mas também que melhore o impacto distributivo do sistema tributário."

Para o especialista, no entanto, a reforma como proposta na PEC 45 —que prevê a unificação de toda a tributação sobre consumo em um único imposto sobre valor agregado (IVA) com uma alíquota uniforme— será a principal medida para pagar a conta da pandemia, do ponto de vista tributário.

"A reforma da tributação de bens e serviços tem um impacto enorme sobre o aumento do potencial de crescimento

do país", defende.

Afonso, por sua vez, avalia que a proposta de reforma envelheceu. "Todas as reformas que foram desenhadas antes da Covid se tornaram velhas, em princípio. Não é questão de suficiência. O que é outro de pertinência", afirma.

Europa afirma que tributará big techs até o fim deste ano

Ana Estela de Sousa Pinto

BRUXELAS A União Europeia, a França e a OCDE (que reúne 37 entre os principais países do mundo) afirmaram nesta quinta-feira (18) que mantêm planos de criar e implantar um tributo sobre serviços digitais, que incidiria sobre gigantes de tecnologia como Apple, Facebook e Google. Os anúncios são uma resposta à decisão dos Estados Unidos, na quarta (17), de abandonar as negociações para a criação do tributo na OCDE. O governo Trump tem reagido a tentativas de tributar as companhias americanas e, no começo deste mês, abriu investigações comerciais para elevar tarifas de importação de países que adotarem taxas digitais.

Além da França, Espanha, Itália e Reino Unido defendem a criação do tributo digital, e a Comissão Europeia (Poder Executivo da UE) já afirmou que essa seria uma das fontes de renda para a reconstrução da economia afetada pela pandemia.

Nesta quinta, o porta-voz da Comissão para assuntos tributários, Daniel Ferré, afirmou que, se o trabalho da OCDE não chegar a uma conclusão, a UE fará sua própria proposta até o fim deste ano.

“A ideia de uma alíquota internacional mínima de 25% tem chance praticamente nula de vingar”

Bernard Appy
diretor do CCIF

“O Brasil, como muitos emergentes, necessita desesperadamente de investimentos. Por ideologia, o governo quer que eles sejam privados, sempre que possível”

José Roberto Afonso
professor do IDP



O economista francês Thomas Piketty. Eduardo Knapp - Zset/2017/Folhapress

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

18/06/2020 15:10

Filantrópicas devem atualizar dados para facilitar repasses da Sefaz

Para facilitar o pagamento dos repasses de recursos da campanha Nota Premiada Bahia, as entidades filantrópicas que participam do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade devem entrar em contato com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), para atualização dos dados cadastrais, em especial e-mail, telefones de contato e nome do responsável pela entidade. O envio dos dados pode ser feito por meio de mensagem para solidariedade@sefaz.ba.gov.br. Dúvidas ou mais informações podem ser obtidas também pelos telefones (71) 3115-5069 ou (71) 98121-8606.

De acordo com a Sefaz-Ba, a atualização dos dados é importante porque, ao encaminhar o pagamento dos repasses, a Secretaria da Fazenda tem encontrado dificuldade para entrar em contato com algumas instituições. “Neste mês de junho estão sendo liberados mais R\$ 3 milhões para 523 entidades filantrópicas, referentes ao primeiro quadrimestre de 2020, e, em algumas situações, a nossa equipe precisa entrar em contato com as instituições, por isso os números de telefone e e-mail devem estar atualizados. Para receber os recursos é preciso estar regular com FGT S e INSS e tomamos o cuidado de entrar em contato para alertar sobre alguma pendência, bem como a necessidade de correção de dados bancários inconsistentes, e assim agilizar o pagamento”, explica Luís Henrique Brandão, coordenador de Educação Fiscal da Sefaz-Ba.

Desde 2018, os desembolsos feitos para as entidades que participam do Sua Nota é um Show de Solidariedade passaram a ser associados à quantidade de notas eletrônicas arrecadadas por cada entidade por meio da Nota Premiada Bahia. Com o mais recente pagamento, chega a R\$ 31,8 milhões o total repassado às entidades participantes do programa desde o lançamento da Nota Premiada Bahia, no final de 2017. Deste total, R\$ 21 milhões correspondem às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e a primeira deste ano. Outros R\$ 10,8 milhões correspondem à regularização de fases anteriores do programa. A cada quadrimestre são destinados R\$ 1,5 milhão para as instituições da área de saúde e R\$ 1,5 milhão para as da social.

Solidariedade

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Ao contrário do que acontecia com os cupons em papel, que exigiam das instituições uma logística complexa e custos altos para implantação de urnas em um número restrito de estabelecimentos, com a NFC-e a doação passou a acontecer de forma automática a cada compra em que o CPF cadastrado for incluído na nota.

Cada instituição passou a ter a sua própria urna digital online. Isso é especialmente benéfico para as pequenas instituições, que podem ser apoiadas por pessoas de todo o estado, sem restrições territoriais e financeiras. Além de não haver mais necessidade de acumulação de notas em papel, no novo formato as instituições têm mais liberdade para utilizar os recursos, com a mudança da regra que exigia a elaboração de planos de trabalho: foi adotado um modelo mais flexível de aplicação dos recursos arrecadados a partir das notas compartilhadas pelos doadores. As instituições, entretanto, precisam estar em dia com suas certidões junto ao FGT S e ao INSS, como determina a legislação, para fazerem jus à premiação nesta nova etapa do Sua Nota é um Show de Solidariedade.

Atualmente os sorteios de prêmios para os participantes da Nota Premiada Bahia não estão acontecendo em função da suspensão dos sorteios da Loteria Federal devido à pandemia do novo coronavírus. As premiações da campanha tomam por base os resultados da Loteria divulgados pela Caixa Econômica Federal (CEF) para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes ganhadores dos sorteios mensais e especiais. Mas, os bilhetes continuarão sendo acumulados pelos participantes para concorrerem aos prêmios assim que os sorteios forem retomados.

Fonte: Ascom/ SefazBA

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)



Por Roberto Luis Troster

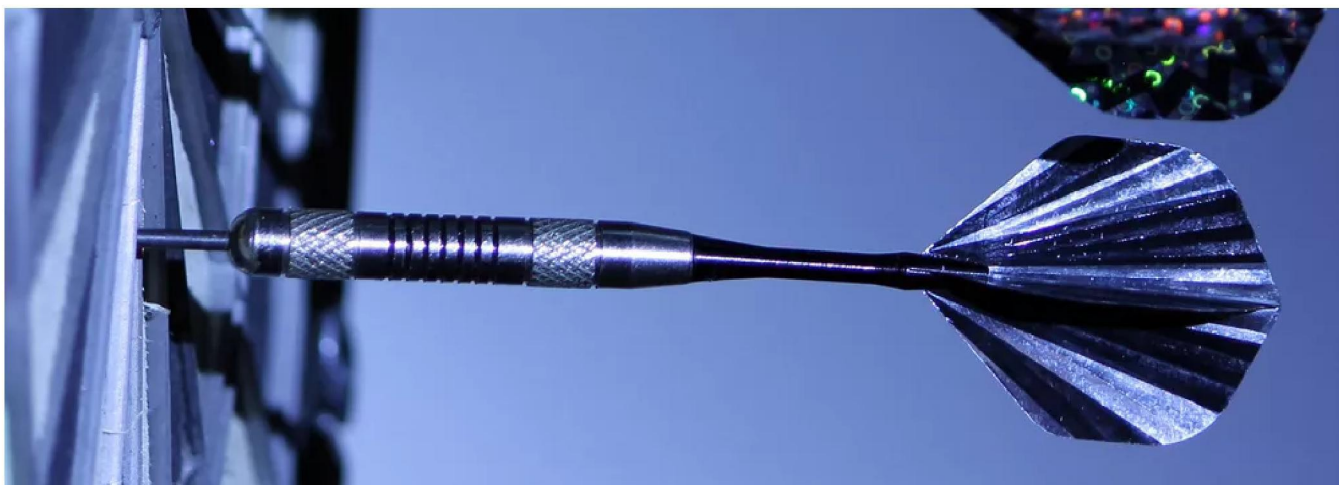
Roberto Luis Troster é economista

A reforma tributária e a intermediação financeira

No Congresso há duas propostas de mudança, que não mudam muito, e com mais tributos por um tempo

19/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





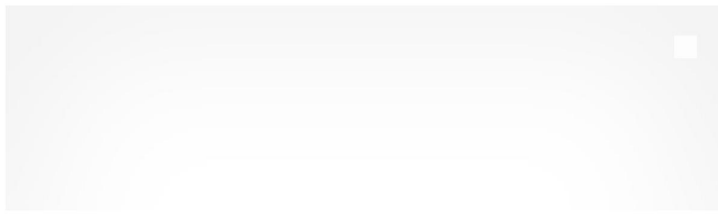
— Foto: Pixabay

A qualidade da arrecadação no Brasil é ruim. Está em 184º lugar entre 190 países, de acordo com relatório do Banco Mundial (Doing Business 2020). A tributação é complexa, injusta, reduz a competitividade da economia e aumenta a concentração de renda. É um quadro grave.

Na intermediação financeira, é pior ainda. Foi objeto de remendos tributários em cada aperto fiscal que apareceu, por ser um setor com poucas empresas, totalmente formal e com eficiência de arrecadação. É possível mudar e arrecadar mais, de uma maneira mais justa e eficiente, com vantagens para cidadãos, empresas, governo, bancos e o país.

É preciso incluir no debate a questão da incidência da estrutura tributária no crescimento e na concentração de renda

PUBLICIDADE



Um primeiro ponto a ser analisado, na qualidade da intermediação, é a incidência - quem paga a conta. Há dois tipos de incidências, a legal, de quem recolhe os impostos e a econômica, que analisa como está distribuído o ônus entre a oferta e demanda do produto tributado, os efeitos em terceiros não envolvidos diretamente e sua evolução ao longo do tempo.

Uma analogia para ilustrar o conceito é supor um tributo adicional sobre a gasolina. A incidência legal (quem vai recolher) será da Petrobras. O ônus econômico será alto para os donos de carros a gasolina e menor para os de carros flex, deve aumentar a margem para produtores de etanol e diminuir o consumo de combustíveis no país.

Outras consequências são: menos quilômetros rodados, alta de preços de produtos transportados, um meio ambiente mais limpo e um encolhimento na produção de veículos e no crescimento da economia como um todo. Dependendo do valor do aumento e das sensibilidades das ofertas e das demandas da gasolina a preços, o governo pode acabar arrecadando menos.

A mesma análise pode ser feita com a intermediação financeira. Nas suas operações incidem sete tributos IOF, PIS, Cofins, IR, adicional de IR, CSLL e ISS sobre cinco bases diferentes: principal, prazo, juros, serviços e lucros. O ISS é municipal e os outros seis são do governo federal.

A quase totalidade da incidência econômica é dos tomadores de crédito e de toda a sociedade que tem uma oferta de crédito menor e mais onerosa. Há menos investimento e consumo em outros setores, crescimento mais baixo e o governo tem um resultado fiscal pior, em vez de melhor, pela má qualidade da arrecadação.

Está na ordem do dia a oportunidade de melhorar esse quadro. Há duas PECs Propostas de Emendas Constitucionais, uma da Câmara dos Deputados e outra do Senado sendo analisadas. Uma (PEC 45) é um cinco em um: PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS, transformados em um, o IBS. Há períodos de transição de 10 anos e de 50 anos.

É omissa com relação ao IOF. A outra (PEC 110) adiciona também: Pasep, Cide, IOF e Salário Educação.

São duas propostas de mudar, sem mudar muito. Continuam alíquotas diferentes em cada ente da federação. Há alguns aprimoramentos, mas há também a inclusão de mais tributos por um tempo. O período de transição pode se alongar décadas. Mais importante, a análise da incidência econômica na estrutura pós-reforma não está no debate, assim como medidas de curto prazo.

O Executivo nunca enviou sua proposta. Passados 17 meses, anunciou que encaminhará uma até agosto e tentará criar um consenso entre as três. Anunciou também o ITF (Imposto sobre Transações Financeiras) no saque e no depósito em dinheiro, inicialmente em 0,4%, que não incidiria sobre operações de mercado financeiro e extinguiria outros tributos. A conta não fecha.

O anúncio e as duas propostas são sedutoras. O IOF seria eliminado, o novo imposto substituindo o PIS-Cofins incidiria apenas sobre tarifas, e como são valores um pouco maiores do que os serviços de terceiros (basicamente custos administrativos no balanço), o total oferecido à tributação cairia. Ficaria de fora apenas a questão da isonomia na tributação dos lucros e do tratamento ao leasing.

Deixar tudo como está para ver como é que fica é arriscado. O resultado da reforma pode ser pior para a intermediação e pior para o Brasil. Podem continuar a tributar o crédito, aumentar as alíquotas e cada Estado e município fixar alíquotas diferentes para juros, piorar ainda mais o IOF e não resolver nem questão da isonomia, nem dos créditos tributários e nem da justiça social.

A questão é o que fazer. Um primeiro ponto é incluir no debate a questão da incidência da estrutura tributária e o impacto a médio e longo prazo no crescimento e na concentração de renda. Alguns ajustes são possíveis sem reformas, como zerar o IOF, o PIS e o Cofins sobre receitas de operações de crédito e elevar a tributação para 30% do rendimento em todos os ativos de renda fixa.

Pode-se mudar o imposto de renda e criar uma alíquota adicional de 35% para rendas acima de R\$ 500 mil anuais e mudar rendimentos de juros sujeitos a tributação exclusivamente na fonte em juros recebidos como renda e descontar o

Governo gasta 43% do dinheiro destinado a combate à pandemia

De um total de R\$ 404 bilhões, foram pagos R\$ 175,6 bilhões até o momento

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

19/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Gastos federais com a covid-19

Posição de 17 de junho, em R\$ bilhões

	Previsão de gastos	Despesas pagas
Auxílio emergencial às pessoas em situação de vulnerabilidade	152,64	95,53
Ampliação do programa Bolsa Família	3,04	0,37
Benefício emergencial de manutenção de emprego e renda	51,64	11,12
Auxílio emergencial a Estados, municípios e DF	76,19	21,64
Concessão de financiamento para pagamento de folha salarial	34	17
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético	0,9	0,9
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações de Crédito	35,9	15,9
Despesas adicionais do Ministério da Saúde e demais ministérios	49,87	13,17
Total	R\$ 404,18 bilhões	R\$ 175,64 bilhões

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Dados do Ministério da Economia mostram que, até o momento, foram gastos 43,46% dos recursos federais destinados ao combate à pandemia da covid-19. De um total de R\$ 404,18 bilhões, foram pagos até o momento R\$ 175,64 bilhões.

Na parte destinada ao Ministério da Saúde e outros ministérios com menor participação nas ações, os pagamentos correspondem a 26,4%. Foram gastos R\$ 13,17 bilhões, de um total de R\$ 49,87 bilhões. O **Valor** trouxe na última terça-feira um levantamento da Instituição Federal Independente (IFI) apontando para a baixa execução nessa área.

Como as ações foram desenhadas para durar alguns meses, é natural que parte dos recursos não tenha sido paga, dizem técnicos. Para o auxílio emergencial, por exemplo foram utilizados 62,6% dos recursos reservados ao programa. Já o reforço de R\$ 900 milhões à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) já foi 100% desembolsada.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

No entanto, há programas que têm execução baixa porque ainda estão em implementação ou porque necessitam de ajustes para “rodar”. Um caso reconhecido pela própria equipe econômica é o do financiamento à folha de pagamentos, que já teve liberados R\$ 17 bilhões dos R\$ 34 bilhões previstos, mas essa primeira parcela não foi totalmente utilizada. A linha de crédito passará por ajustes, que estão sendo negociados no Congresso Nacional.

Dos R\$ 51,64 bilhões reservados para o pagamento do Benefício Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda (BEm), foram pagos até o momento R\$ 11,12 bilhões. Apesar da baixa execução, o Ministério da Economia informa que o ritmo de liberação está dentro do programado, não devendo “sobrar” recursos.

“É importante esclarecer que o valor mencionado de R\$ 11,2 bilhões se refere tão somente ao efetivamente já pago, mas não ao total que será despendido para o

pagamento das parcelas do benefício referentes aos acordos já firmados”, informou a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. “Cabe dizer ainda que, levando-se em conta que os pagamentos do benefício começaram a ser efetivados em maio e que os acordos podem ser firmados durante todo o ano de 2020, o programa está com o desempenho satisfatório e também teve a provisão de recursos (R\$ 51,6 bilhões) igualmente adequada.”

A secretaria confirmou ainda que estuda eventual prorrogação dos programas de manutenção de emprego. O alongamento já foi sinalizado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. A Medida Provisória (MP) 935, que regula a matéria, foi aprovada pelo Congresso Nacional com uma emenda que permite ao governo alongar o programa.

Os dados mostram também que, do auxílio financeiro a Estados, municípios e Distrito Federal, o governo já pagou R\$ 21,64 bilhões de um total disponibilizado de R\$ 76,19 bilhões. A diferença entre o total e o que foi liberado até agora corresponde a três parcelas das transferências do chamado Plano Mansueto. No total são quatro parcelas que somam R\$ 60 bilhões.

A primeira parcela foi paga na semana passada. O presidente do Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), Rafael Fonteles, informou que não tem visto dificuldade na transferência de recursos do Tesouro Nacional.

Os Estados pedem, por outro lado, que seja prorrogada outra ação de apoio financeiro federal: a complementação dos repasses dos Fundos de Participação, de forma a manter os mesmos níveis de 2019.

O governo reservou ainda R\$ 35,9 bilhões para reforçar os fundos garantidores de operações de crédito. Desses, foram pagos R\$ 15,9 bilhões, transferidos ao Fundo Garantidor de Operações (FGO) para cobrir perdas em operações com microempresas.

Os R\$ 20 bilhões restantes são para dar garantias a empréstimos a empresas de porte médio por meio do Fundo Garantidor de Investimentos (FGI).

Queda do PIB no 2º tri deve ficar perto de 10%

Indicadores de abril e dados de maio e junho apontam para recuo forte, mas não na casa de 15%

Por **Arícia Martins e Estevão Taiar** — De São Paulo e Brasília

19/06/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

Recuo forte

Variação mês a mês do Índice de Atividade Econômica do Banco Central - Em %*



18,8%*

foi quanto a produção industrial desabou entre março e abril. Já as vendas do varejo ampliado, que inclui automóveis e material de construção, caíram 17,5%*, enquanto o volume prestado de serviços encolheu 11,7%*

Fonte: BC e IBGE *Comparação com o mês imediatamente anterior, feitos os ajustes sazonais

Abril marcou o pior momento para a economia brasileira, mas o fundo do poço foi um pouco mais raso que o previsto inicialmente, enquanto indicadores disponíveis para maio e junho mostram reação modesta da atividade. Embora a incerteza à frente continue elevada, economistas avaliam que os dados sinalizam um tombo menos pronunciado do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre, mais perto de 10% do que de 15%. Assim, a onda de revisões pessimistas para o tamanho da recessão em 2020 deve ser contida, ao menos no curto prazo.

Divulgado ontem, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) caiu 9,73% entre março e abril, feitos os ajustes sazonais, depois de ter recuado 6,16% na

medição anterior. Foi o pior resultado para o mês da série histórica do BC. Conforme esperado, a medição refletiu as medidas de isolamento social, que derrubaram produção, vendas do comércio e prestação de serviços.

Embora tenha metodologia de cálculo diferente das Contas Nacionais Trimestrais, do IBGE, o IBC-Br é considerado uma aproximação do que seria o comportamento mensal do PIB.

Segundo Luka Barbosa, economista do Itaú Unibanco, os indicadores de abril confirmaram que o mês foi o pior do ano em termos de atividade, mas há setores mais resistentes que amorteceram a queda, como a produção de alimentos, papel e celulose e produtos farmacêuticos e, no varejo, o setor de supermercados. “Mas, mais importante do que isso, é que os dados mostram recuperação razoável em maio e junho”, afirma ele.

Tendo como ponto de partida a primeira quinzena de março - período anterior às medidas de confinamento e, por isso, usado como “base 100” -, o indicador diário de atividade do Itaú recuou para 66 em abril, subiu a 73 em maio e, nos primeiros 14 dias de junho, ficou em 82. A média móvel dos últimos 7 dias está em nível um pouco maior (84).

Barbosa estima de forma preliminar que a produção industrial subiu 6% no mês passado, enquanto o volume prestado de serviços deve ter aumentado 5% e as vendas do varejo ampliado, que inclui automóveis e material de construção, 10%. “A queda do PIB no segundo trimestre será grande, mas não tão pronunciada”, disse. Para o Itaú, a economia vai recuar 10,6% ante os três meses anteriores, mas o ‘tracking’ diário está apontando redução de 8,7%, observa o economista.

Como informações dos dois meses seguintes mostram alguma recuperação ante o quarto do mês do ano, ainda que modesta, o tombo de 15% projetado para o PIB de abril a junho deve ser revisto, diz Daniel Silva, economista da Novus Capital. “Frente às expectativas iniciais, a impressão é que o fundo do poço foi menor que se estimava.”

Em maio, a expedição de papelão ondulado, o fluxo de automóveis nas rodovias e a produção de veículos indicam avanço de 5% da produção industrial, estima Silva. Já o volume prestado de serviços deve ter subido 4%, e as vendas no varejo ampliado, cerca de 6%. “Em nível, é uma recuperação tímida, mas a queda do PIB no segundo trimestre pode ser mais perto de 10%.”

Marcela Rocha, economista-chefe da Claritas Investimentos, se diz “confortável” com a expectativa de queda de 5,5% para o PIB no ano. Devido à natureza da crise, cujos efeitos sobre a interrupção da oferta e a perda de demanda não têm comparativo, havia muita incerteza sobre qual seria o tamanho do choque em abril, afirma. Isso pode explicar por que os indicadores de atividade não confirmaram projeções mais pessimistas.

“Os dados já conhecidos e a visão de que haverá reabertura gradual da economia tiraram do radar um cenário de cauda, de retração de 15% no segundo trimestre”, disse Marcela, que trabalha com redução de 11,3% do PIB em relação aos três meses terminados em março. E a possibilidade é que a contração seja um pouco menor.

Apontam nessa direção, segundo ela, o aumento de 11,1% das vendas de automóveis entre abril e maio, o avanço de 22,1% do fluxo pedagiado de veículos nas estradas em igual período e a relativa normalização da produção de veículos, que ficou praticamente parada em abril. “Como tivemos dificuldade de projetar o tamanho da queda, não podemos subestimar o tamanho da volta”, disse.

Os economistas ouvidos destacam, no entanto, que o quadro à frente é desafiador. Mesmo com a ajuda do governo a empresas e famílias, o efeito no PIB não será relevante, avalia Silva, da Novus. “Não temos certeza se essas medidas estão sendo suficientes, porque não sabemos se as empresas vão receber os recursos e, no caso das famílias, se serão revertidos para consumo. Podem virar poupança”. Há, ainda, a elevada incerteza política e em relação à própria evolução da covid-19 no país, ressaltou.

Receita deve flexibilizar norma sobre residência fiscal devido à pandemia

Órgão analisa medida em razão do fechamento de fronteiras e escassez de voos

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

19/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Advogado Hermano Barbosa: pessoa deve comprovar situação excepcional que impossibilitou retorno a residência — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A Receita Federal vai flexibilizar, em razão da pandemia, a norma nacional que trata de domicílio fiscal. A Instrução Normativa nº 208, de 2002, considera residente a pessoa que completar 184 dias no Brasil, consecutivos ou não, no período de um ano. Nesse caso, terá que entregar declarações fiscais e, se for o caso, pagar tributos no país.

Segundo advogados, diversos brasileiros residentes no exterior e estrangeiros foram obrigados a permanecer no Brasil em decorrência do fechamento de fronteiras e suspensão de voos. “Esse problema tem afetado um número significativo de clientes”, diz o advogado Hermano Barbosa, sócio da área de Direito Tributário no BMA Advogados.

Em nota ao **Valor**, a Receita Federal afirma reconhecer que “circunstâncias excepcionais têm provocado alteração da situação de residência fiscal de brasileiros e estrangeiros, que se encontram impossibilitados de viajar”. E acrescenta estar estudando o problema para emitir orientação às pessoas afetadas.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) já se manifestou com orientações aos países para que esses eventos, por serem excepcionais, não impactem artificialmente a aquisição ou perda de residência fiscal.

Os Estados Unidos foram precursores e já editaram uma norma para flexibilizar prazos para aquisição ou perda de residência decorrente do confinamento.

Uma das clientes assessoradas pelo advogado Rafael Amorim, sócio do Vieira Rezende, está apreensiva com a situação. De acordo com ele, a cliente chegou ao Brasil, onde tem residência, pouco antes do carnaval, com previsão de permanecer por um mês. Com a pandemia, por estar no grupo de risco, preferiu não retornar ao Reino Unido, onde realmente vive.

“Ela não está impedida de voltar, mas por uma questão de saúde preferiu ficar mais tempo por aqui”, diz. O advogado aguarda agora a edição de uma norma pela Receita Federal, que deve ampliar o prazo de 184 dias. “O meu feeling é que ela não deverá esgotar as diferentes possibilidades que podem acontecer.”

Casos simples em que há a comprovação de que a pessoa não tem residência e relações no Brasil e permaneceu por não ter como retornar ao país de origem não devem ser motivo de preocupação ou de questionamentos pela Receita Federal, avalia Amorim.

Há, porém, segundo o advogado João Marcos Colussi, sócio do escritório Mattos Filho Advogados, casos mais nebulosos de pessoas com residências em dois países e vínculos, que precisam ser analisados com cuidado.

De acordo com o advogado Hermano Barbosa, existem alguns precedentes na jurisprudência que podem ser usados por analogia. Esses julgados estipulam a flexibilização de regras de aquisição ou perda de residência. “Mas, naturalmente, não há nenhum precedente específico sobre situação como a atual”, diz.

Hoje, para se defender, acrescenta Barbosa, além de comprovar a situação excepcional que a impossibilitou de retornar ao seu local de residência, a pessoa pode alegar que existe tratado internacional para evitar a dupla tributação.

O Brasil fechou acordos com cerca de 30 países. Em geral, todos seguem um modelo padrão e preveem critérios de desempate para tratar de residência fiscal, que vão além de uma quantidade de dias estabelecidos.

O advogado João Victor Guedes, sócio da área tributária do L.O. Baptista advogados, afirma que, diante da situação excepcional, o ideal seria a Receita Federal editar uma orientação para flexibilizar a norma atual. Para ele, discussões como essa não são tão comuns no Brasil porque o país é extenso e não costuma ter brasileiros que residam aqui e trabalhem em outros países, como ocorre na Europa.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

EUCLIDES DA CUNHA campeã de vendas no mundo todo.
INCRÍVEIS OFERTAS

LINK PATROCINADO

Filho (10) estava desaparecido há dois anos — mas quando seu pai olhou atrás do guarda-roupa...
FACTS 2 GO

Reforma eleva PIB potencial em 20% em 15 anos, diz estudo

Aprovação da PEC 45 teria forte efeito sobre a produtividade, de acordo com estudo feito por Bráulio Borges a pedido do Centro de Cidadania Fiscal

Por **Hugo Passarelli** — De São Paulo

19/06/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas





Appy: Elevar o PIB potencial pode ser a diferença entre a solvência e a insolvência — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

O Produto Interno Bruto (PIB) potencial do Brasil pode aumentar até 20,2% em 15 anos com a reforma tributária sugerida pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, aponta estudo feito a pedido do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) por Braulio Borges, economista-sênior da LCA Consultores. Hoje, a estimativa de Borges é que a economia pode crescer, sem pressões inflacionárias, entre 1,5% a 2% ao ano.

O cálculo identificou os efeitos diretos da mudança no regime de impostos no ambiente de negócios, custo do investimento e sobretudo na melhora da produtividade. Também é esperado o fim da guerra fiscal entre os Estados. Ao aumentar a capacidade de crescimento da economia, a reforma, que se baseia em proposta do CCiF, contribui para o país ter mais recursos para bancar políticas públicas e também para garantir uma trajetória sustentável para a dívida pública.





Eurico de Santi: reforma melhora qualidade do ambiente de negócios — Foto: Nilani Goettems/Valor

A aprovação da PEC 45, se ocorrer em 2020, teria efeitos indiretos em variáveis financeiras, como o risco-país, o que levaria o PIB potencial a aumentar até 33%. A melhora por este canal ocorreria com a percepção mais benigna dos investidores sobre a solvência das contas públicas.

PUBLICIDADE

APROVEITE

Ads by Teads

Isso porque a proposta deve, além de unificar impostos, elevar a arrecadação de Estados e municípios. A expectativa é que os dois entes mais a União observem aumento anual de R\$ 753 bilhões no recolhimento de impostos em um horizonte de 15 anos. O ganho é um subproduto do crescimento mais forte esperado se a proposta for aprovada.



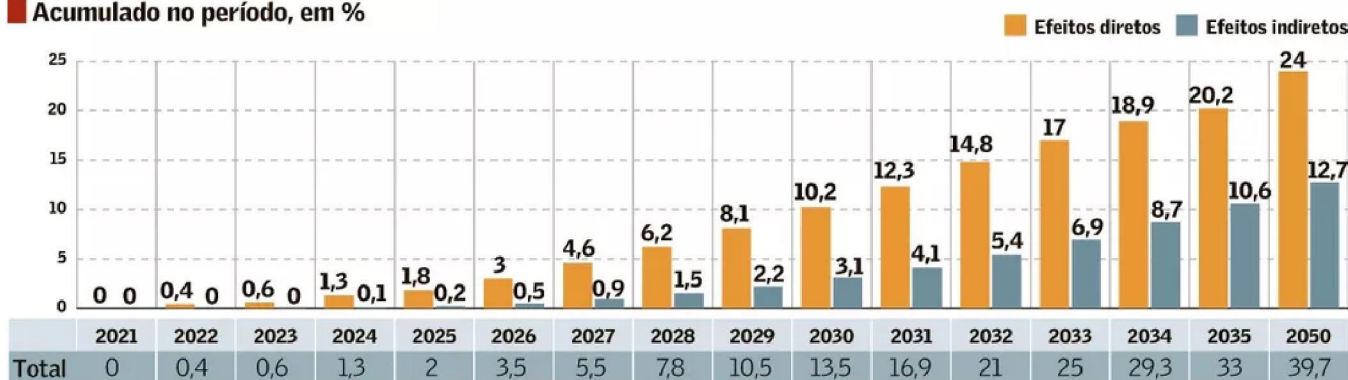
Um dos diretores do CCiF, Bernard Appy diz que a reforma tributária ganhou urgência após a pandemia do novo coronavírus, que ampliou o déficit público. Além da conta gerada pela crise, cresce o apelo para criação de uma renda mínima para a população, cujo custo fiscal ainda é desconhecido, mas certamente será elevado.

“No longo prazo, a melhor forma de financiar um programa de distribuição de renda é aumentar o crescimento potencial da economia. E a reforma tributária é com certeza a mudança institucional que tem maior impacto sobre isso. É o que pode ser a diferença entre a solvência e a insolvência”, afirma Appy, ex-secretário-executivo e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Mais crescimento

Impacto da PEC 45 no aumento do PIB potencial

■ Acumulado no período, em %



Fonte: Braulio Borges/LCA e Ibre/FGV

“É uma reforma que se caracteriza como pró-eficiência. Há melhora no ambiente de negócios, impulso no investimento em ativos fixos, mas o principal ganho, cerca de 70%, é na produtividade”, afirma Borges, também pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

A PEC 45 propõe a substituição de cinco tributos atuais (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um único Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cobrado de forma não cumulativa e onde os produtos são consumidos (destino). A mudança afetaria cerca de metade da carga tributária brasileira. PIS, Cofins e o Imposto sobre Produtos Industrializados

(IPI) são tributos federais, enquanto o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é da esfera estadual, e o Imposto sobre Serviços (ISS), da municipal.

Também diretor do CCIFF, Eurico de Santi diz que a proposta de reforma, se aprovada, melhora a qualidade do sistema tributário e também a qualidade do ambiente de negócios no Brasil.

Para Nelson Machado, outro dos diretores do CCIFF, acelerar o crescimento é uma opção melhor do que financiar as despesas geradas pela crise com impostos transitórios. “Já se fala que é preciso aumentar fortemente a carga tributária para fazer frente aos custos da pandemia. O ideal é que o financiamento disso se faça no longo prazo, com crescimento”, diz ele, ex-ministro da Previdência Social.

Desatado parte do nó tributário, o país teria condições de crescer a taxas mais altas, o que aumenta a arrecadação e a capacidade do Estado de financiar programas sociais. A aceleração do crescimento prevista é gradual, assim como a reforma tributária prevista pelo texto, cujo período de transição é de dez anos para consumidores e empresas e de 50 anos para os entes federados.

Os impactos sobre o PIB potencial podem ser ainda maiores. No longo prazo, período que considera a integral transição para o novo regime após 2050, apenas pelos efeitos diretos o PIB potencial aumentaria 24%; adicionados os efeitos indiretos, a alta é de 40%.

Borges diz que a unificação dos cinco impostos tende a acabar com a guerra fiscal entre os Estados, ou seja, eliminar a diferença nas alíquotas de ICMS fixadas com objetivo de atrair investimento. “Temos evidência robusta de que a guerra fiscal prejudica a produtividade brasileira. Não quer dizer que uma empresa é menos produtiva no Nordeste do que no Sudeste, mas a produção brasileira poderia aumentar sem mais investimento a partir da mera realocação geográfica”, afirma ele.

De acordo com Borges, também é projetada a elevação do nível de investimento no país. “Cerca de 6,6% do preço final dos bens investidos corresponde a tributos. É uma carga baixa, mas a PEC desonera totalmente o investimento. Se ele aumenta, cai a obsolescência do estoque de capital e o Brasil fica mais produtivo”, afirma ele.

Tentativas de mudar o regime de impostos no Brasil existem há pelo menos três décadas. Antes da crise, havia uma expectativa favorável de que textos como a PEC 45, ou mesmo outros em tramitação, conseguiriam avançar com rapidez pelo Congresso. Apesar do sinal difuso do Executivo, havia disposição dos parlamentares.

Também colaborava a favor da reforma tributária o raro consenso entre os governadores das 27 unidades da federação. “Os Estados apoiam porque a PEC tem um design jurídico atrativo. Ao mesmo tempo, a economia está crescendo pelo meio digital e isso não está sendo alcançado pelos impostos da esfera municipal”, afirma De Santi, também professor da FGV Direito.

As discordâncias que existem sobre a PEC 45 vêm dos grandes municípios, com alta receita de ISS, e de alguns setores da economia, em especial o de serviços. “Mesmo que relativamente alguns setores e entes percam com a reforma tributária, em valores absolutos todos vão ganhar no longo prazo” afirma Borges.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Filho (10) estava desaparecido há dois anos — mas quando seu pai olhou atrás do guarda-roupa...
FACTS 2 GO

LINK PATROCINADO

Isto limpa o açúcar alto do sangue
GC99

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só daqui a 6 meses!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

3x mais forte que hialurônico! Novo ácido melhora até 63% da pele enrugada
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

EUCLIDES DA CUNHA máscara protetora, veja.
INCRÍVEIS OFERTAS

LINK PATROCINADO

Médicos comprovam: mulheres podem reduzir rugas com este truque



Por **Claudia Safatle**

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter es... [ver mais](#)

Renda mínima como produto da pandemia

19/06/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

Técnicos do Ministério da Economia e da pasta da Cidadania foram encarregados de dar forma ao programa de renda básica que tem como objetivo suceder, de maneira estrutural, o auxílio emergencial criado durante a pandemia da covid-19. O foco é fazer com que os recursos cheguem aos cerca de 50 milhões de pessoas que vivem na informalidade e que receberam as parcelas de R\$ 600 do auxílio. O ideal seria que a renda mínima, que foi batizada de renda Brasil, chegasse a esses trabalhadores informais ao término de mais duas parcelas de R\$ 300 que foram prorrogadas pelo auxílio emergencial e que serão pagas em julho e agosto.

A renda mínima deverá resultar da fusão do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do abono salarial (pago anualmente a quem recebe até dois salários mínimo e tem carteira assinada) e de outros programas de políticas públicas destinados a melhorar a terrível desigualdade de renda que o Brasil ostenta. Deverão fazer parte, também, o seguro-defeso (pago aos pescadores no período em que a pesca é proibida) e a Farmácia Popular.

Oportunidade de reduzir a tremenda desigualdade de renda



Para isso, os técnicos vão sugerir ao governo que faça uma reviravolta no Orçamento da União em busca de recursos que estão indo hoje para programas sociais, mas que não chegam aos que realmente precisam, por serem mal focados.

A visão do governo é que agora ele tem a exata medida do tamanho da pobreza no país. Parte dos 50 milhões de beneficiados pelo “coronavoucher”, outro nome do auxílio emergencial, eram formada por informais invisíveis que, agora, estão cadastrados como cidadãos pobres.

A renda mínima será uma política na linha do Imposto de Renda negativo, que pressupõe a definição de uma determinada linha de renda, acima da qual paga-se um percentual de imposto e abaixo dela recebe-se uma fração do tributo.

A proposta original é de não se trabalhar com a hipótese de receitas adicionais oriundas de aumento de impostos. Pensa-se em um grande remanejamento de projetos e programas já existentes no Orçamento. Mas, também, não se descarta de antemão a possibilidade de criação de novas alíquotas do Imposto de Renda ou a tributação de dividendos para as camadas de renda mais elevada, dentre outras.

Em uma avaliação política, imagina-se poder dar ao acordo com o Centrão o status de “grande moeda de negociação”

do programa de renda básica. O Centrão é um conjunto de partidos políticos que tem como objetivo assegurar proximidade e dar apoio político ao Poder Executivo para a obtenção de vantagens.

O valor da renda mínima ainda não está definido, mas acredita-se que poderá ser algo entre R\$ 200, primeiro valor do que seria o auxílio emergencial, e R\$ 300, que é a cifra definida para a prorrogação do mesmo auxílio por mais dois meses.

Assim como cerca de 10% dos microempreendedores individuais são pessoas egressas do Bolsa Família, o governo vê uma parcela relevante dos 50 milhões que vão ter uma renda básica migrando para o mercado de trabalho formal do programa da Carteira Verde Amarela. Para isso, terá que recuperar os termos da Medida Provisória 905 - que permitia a escolha entre dois regimes de contrato de trabalho -, que caducou no fim de abril. A Carteira Verde Amarela não tem encargos sociais que oneram o emprego.

“Acho que esse é o programa de saída da pandemia que, se for implementado, caracterizará o país como uma economia social de mercado”, resumiu um assessor do ministro da Economia, Paulo Guedes, preocupado com a visão que os liberais passam para a sociedade, de uma linha de pensamento que não dá atenção ao social.

A pandemia escancarou uma tremenda desigualdade de renda no país e será um cinismo atroz simplesmente dizer aos que tiveram, por um momento, uma ajuda do Estado que agora se virem.

Na área da despesa, é importante direcionar o foco para os que realmente precisam da ajuda do setor público, que, no Brasil, tem feito pouca diferença na redução das desigualdades.

O campo das receitas e dos gastos tributários é vasto para se encontrar não só injustiças em um regime altamente regressivo, mas aberrações inexplicáveis. Exemplo que já foi citado em coluna anterior, mas vale a pena repetir: pelo Simples os advogados com renda de até R\$ 4,8 milhões por ano pagam só 4% de alíquota de Imposto de Renda!

Os cinco grandes bancos do país comprometeram-se com o governo a entrar no Programa Nacional de Apoio a Microempresas e a Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Dos dois bancos públicos, a Caixa saiu na frente e fechou algumas

operações nesta semana. O Banco do Brasil avisou que só começará a operar com essa linha, totalmente garantida pela União, na semana que vem.

A Caixa, que é 100% estatal, acredita que poderá fidelizar algumas centenas de microempresas que, tão logo se recuperem do tombo do confinamento social e adquiram fôlego financeiro, poderão comprar seguros e operar mais com cartões de crédito.

Está praticamente pronto o trabalho feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para a retomada da economia pós-pandemia, que não será em "V" e sim em formato de "U", com a subida mais lenta e gradual.

Foram desenvolvidos quatro eixos: crédito para reconstituição de cadeias produtivas no mercado doméstico; linhas de financiamento para normalizar a capacidade de exportação da economia; investimentos em infraestrutura usando concessões e parcerias público privadas (PPP); e o reforço a políticas sociais e de fomento ao emprego.

O trabalho traz uma visão comparada de como foram as retomadas econômicas de vários países (Alemanha, Espanha, França, Itália, dentre outros) no pós-pandemia; e, também, uma avaliação macroeconômica do país. A sua divulgação deverá ocorrer na próxima semana, tão logo seja submetido ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao presidente Jair Bolsonaro.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras
E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Gordura no sangue: Faça isso 2x ao dia.
DBT COLESTEROL

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Tributar mais a renda requer cuidado para evitar distorções

Não faz sentido aumentar mais a tributação da renda do empregado formal e não corrigir a distorção na tributação de sócios de empresas dos regimes simplificados, diz Appy

Por Sergio Lamucci e Hugo Passarelli — De São Paulo

19/06/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

Há caminhos para aumentar a arrecadação sem a necessidade de se recorrer a um imposto sobre transações financeiras, como mudanças na tributação da renda, mas é importante tomar cuidado para não gerar distorções no processo, avaliam os diretores do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF). “Não faz sentido aumentar ainda mais a tributação da renda do empregado formal e não corrigir a distorção na tributação da renda do trabalho de sócios de empresas dos regimes simplificados”, resume o economista Bernard Appy.

Segundo ele, o corte dos benefícios no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) pode render cerca de R\$ 50 bilhões por ano, uma estimativa do próprio governo. “No IRPF, há um espaço enorme para eliminar benefícios, não só com as deduções de educação e saúde”, explica.

Se há condições políticas para isso ser feito, é outra história. Além disso, Appy considera possível uma aumento de arrecadação da ordem de R\$ 20 bilhões, a depender de como for reduzido o espaço para subtributação da renda do trabalho dos sócios de empresas em regimes simplificados (como o do lucro presumido e o do Simples, além da própria reação à mudança).

Se houver mudanças nesse campo, o ideal é “reduzir um pouco a tributação do empregado e elevar a tributação dos PJs”, diz Appy, reiterando a importância de se evitar novas distorções.

Ele destaca que a chamada alíquota marginal efetiva que incide sobre a renda de um empregado do setor formal que recebe acima de R\$ 6,1 mil é de pelo menos 42,6%, “um valor muito alto”.

Já a alíquota marginal que incide sobre o rendimento de um profissional liberal de uma empresa que opta pelo lucro presumido com ganhos de R\$ 40 mil por mês é de apenas 10%, diz.

Segundo o diretor do CCiF, no entanto, é preciso desfazer a ideia de que o ajuste dessas alíquotas é o que trará espaço fiscal para financiar o crescente déficit público. “A correção dessas distorções pode apresentar alguma receita, mas não é um caminho de recursos”, defende ele.

Da mesma forma, ele afirma que há espaço para elevar a cobrança sobre heranças e doações, mas o alcance é limitado. “Não é suficiente para pagar um programa de renda mínima cujo custo pode chegar a R\$ 400 bilhões ao ano”, diz.

A volta de um imposto sobre transações financeiras, nos moldes da antiga CPMF, é uma das propostas defendidas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como fonte de recursos para desonerar a folha de pagamentos. Os diretores do CCiF criticam a possibilidade de volta do tributo, pelos problemas e pelas ineficiências causados na economia. “Existe sim espaço para aumentar a arrecadação racionalizando o sistema tributário brasileiro. Mas a CPMF aumenta a arrecadação piorando o sistema tributário”, afirma Appy.